

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS DE CLASSE A DA TERCEIRA EMISSÃO DO

RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ: 08.254.073/0001-11

Código ISIN das Cotas de Classe A: BRRBFICTF002

Emissão de até 14.382 (quatorze mil, trezentas e oitenta e duas) cotas de classe A ("Cotas de Classe A"), nominativas e escriturais, da terceira emissão do Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), com preço unitário de emissão, na data de emissão, de R\$ 1.243,5376 (mil, duzentos e quarenta e três reais virgula cinco três sete seis centavos), totalizando o montante de até

R\$ 17.884.557,99

O Fundo é um condomínio fechado constituído de acordo com a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391"), por sua administradora, Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.600.026/0001-81 ("Administradora"). O objetivo do Fundo é proporcionar ganhos de capital aos seus cotistas, a longo prazo, investindo em ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias promissoras, abertas ou fechadas, do mercado acionário brasileiro, inclusive através de cotas de fundos de investimento em participações, fundos de investimento em empresas emergentes e fundos de investimentos em ações.

As Cotas de Classe A são objeto de distribuição pública primária exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado, para investidores qualificados assim definidos na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que sejam profissionais do Grupo Rio Bravo, coordenada pela Administradora ("Oferta").

O regulamento do Fundo ("Regulamento") foi registrado no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de novembro de 2009, sob o nº 1285447. A terceira emissão das Cotas de Classe A do Fundo foi aprovada pelos cotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Cotistas realizada em 19 de outubro de 2009, cuja ata foi registrada no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de novembro de 2009, sob o nº 1285446. A Oferta foi registrada na CVM em 1 de dezembro de 2009, sob nº CVM/SRE/RFP/2009/020, nos termos da Instrução CVM 391 e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

O investimento no fundo de investimento de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que a Administradora e o gestor do Fundo mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia da Administradora, do gestor do Fundo ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da sua carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, nas páginas 16 a 18.

Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da sua carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido.

"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou distribuição pública das Cotas de Classe A não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora, do Gestor e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto à Administradora e à CVM.

A data deste Prospecto é 18 de dezembro de 2009

Administração, Distribuição, Gestão e
Controladoria

Agente Escriturador e Custodiante

Auditoria Externa



RIO BRAVO



Bradesco

BDO TREVISAN AUDITORES
INDEPENDENTES

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	04
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	08
Características da Oferta	09
Negociação das Cotas de Classe A	11
Custos da Oferta.....	11
Outras Informações	12
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes	13
Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	13
3. FATORES DE RISCO	15
Variação do preço dos Valores Mobiliários	16
Risco dos emissores dos Valores Mobiliários e Outros Ativos.....	16
Restrições ao resgate de Cotas e liquidez reduzida das Cotas	16
Propriedade de Cotas vs. propriedade dos Valores Mobiliários	16
Liquidez reduzida dos Valores Mobiliários	16
Não existência de garantia de rentabilidade.....	16
Outros riscos	17
4. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO	18
Cisão	19
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	19
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento.....	19
Objetivo e Política de Investimento	19
Período de Investimentos para a Formação da Carteira.....	20
Período de Desinvestimento	20
Procedimento de Liquidação dos Investimentos em Valores Mobiliários	21
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização, Negociação e Amortização das Cotas	21
Política de Distribuição de Resultados	24
Demonstrações Contábeis e Avaliação do Patrimônio Líquido.....	24
Assembléia Geral	25
Prestadores de Serviços do Fundo e Estrutura de Governança Corporativa	25
Partes Relacionadas à Administradora e Situações de Conflito de Interesses	29
Remuneração da Administradora e Demais Despesas do Fundo	29
Política de Divulgação de Informações	30
Solução de Conflitos.....	31
Regras de Tributação	31
Atendimento aos Cotistas	33
5. DOS ATIVOS ALVO	34
Critérios de Seleção dos Ativos Alvo	35
6. DO PORTFÓLIO DO FUNDO	36
Rio Bravo Investimentos S.A.....	37
7. ANEXOS	40
Anexo I – Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto	41
Anexo II – Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.....	61
Anexo III – Demonstrações Financeiras do Rio Bravo Investimentos S.A.	63
Anexo IV – Demonstrações Financeiras do Rio Bravo Investimento Fundo de Investimento em Participação	80

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administradora	Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.600.026/0001-81.
Anúncio de Início	O anúncio de início da Oferta
Anúncio de Encerramento	O anúncio de encerramento da Oferta
Assembléia Geral de Cotistas	A Assembléia Geral de Cotistas do Fundo
Ativos Alvo	As companhias abertas ou fechadas do mercado acionário brasileiro, os fundos de investimento em participações, os fundos de investimento em empresas emergentes e os fundos de investimentos em ações nas quais o Fundo investe.
Auditores Independentes	BDO Trevisan Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, n.º 952, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.803.244/0001-06.
BACEN ou Banco Central	Banco Central do Brasil
Carteira	A carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos.
CETIP	A CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
Comitê de Investimento	O comitê de investimentos do Fundo, que terá a função de analisar e aprovar todas as decisões da Administradora com relação aos investimentos e desinvestimentos, diretos ou indiretos, efetuados pelo Fundo, bem como todas as decisões da Administradora relativas aos ativos do Fundo que possam afetar o valor dos mesmos.
Cotas	As cotas de emissão do Fundo, incluindo as Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão.
Cotas de Classe A	As cotas de classe A relativas à Terceira Emissão de cotas do Fundo, objeto da Oferta.
Cotas de Classe B	As cotas de classe B de emissão do Fundo.
Cotista	Titular de Cotas.
Custodiante	Banco Bradesco S.A., sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, na Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12.
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários
Data de Emissão	A data da publicação do Anúncio de Início da Oferta.

Data de Encerramento	Último dia útil do período de distribuição das Cotas de Classe A, que poderá ter prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos da regulamentação aplicável.
Fundo	A Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações
Gestor	Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.600.026/0001-81.
Grupo Rio Bravo	Rio Bravo Investimentos S.A., Rio Bravo Project Finance Ltda., Fundamental Investimentos Ltda., Rio Bravo Venture Partners Ltda. e Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
IBGE	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Instrução CVM 391	A Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 400	A Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	A Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
IOF/Títulos	O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários que incide em operações relativas a títulos ou valores mobiliários.
Investidores Qualificados	Os investidores assim definidos de acordo com a Instrução CVM 409.
IOF/Câmbio	O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários que incide em operações de câmbio.
Oferta	A distribuição pública das Cotas de Classe A da Terceira Emissão.
Outros Ativos	Quaisquer ativos financeiros, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos devidamente regulamentados pelas instruções expedidas pela CVM, nos termos da legislação vigente.
Partes Relacionadas	Serão consideradas Partes Relacionadas (i) funcionário, diretor, sócio ou representante legal de qualquer Parte Interessada; (ii) cônjuges e/ou parentes até o 2º grau de parentesco de qualquer Parte Interessada; (iii) sociedade controladora, coligada, subsidiárias ou que exerça controle comum em relação a qualquer Parte Interessada; e (iv) conforme o caso, fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários administrados pela Administradora e/ou pelo Gestor
Patrimônio	O patrimônio do Fundo, após a Terceira Emissão de Cotas de Classe A, que será formado por até 62.452 (sessenta e duas mil, quatrocentas e cinquenta e duas) Cotas, sendo até 43.632 (quarenta e três mil seiscentas e trinta e duas) Cotas de Classe A e 18.820 (dezoito mil, oitocentas e vinte) Cotas de Classe B.
Período de Desinvestimento	O período de 10 (dez) anos seguintes ao Período de Investimento, durante o qual os investimentos do Fundo deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será obrigatoriamente utilizado para a amortização das Cotas do Fundo. Este período poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, conforme previsto no Regulamento.

Período de Investimento	O período de investimento do Fundo, que é de 20 (vinte) anos a contar da data da primeira subscrição ou integralização de Cotas do Fundo, ou seja, 25 de setembro de 2006, não podendo haver novos investimentos após este período, exceto por investimentos para novos aportes em Ativos Alvo já integrantes da Carteira do Fundo, os quais poderão ser efetuados até 2 (dois) anos após o término da data anteriormente mencionada.
Preço de Emissão	Preço unitário de emissão das Cotas de Classe A da Terceira Emissão, na Data de Emissão, correspondente a R\$ 1.243,5376 (mil, duzentos e quarenta e três reais vírgula cinco três sete seis centavos), o qual foi definido com base nos termos do item 9.2.1. do Regulamento de forma a não acarretar diluição injustificada da participação dos antigos Cotistas do Fundo.
Público Alvo	Investidores Qualificados que sejam profissionais do Grupo Rio Bravo.
Prospecto	O presente prospecto do Fundo.
Regulamento	O regulamento do Fundo.
SDT	O Módulo de Distribuição de Ativos - SDT, sistema de distribuição primária de cotas de fundos fechados, mantido e operacionalizado pela CETIP.
SF	O SF - Módulo de Fundos, sistema de negociação de cotas, mantido e operacionalizado pela CETIP.
Taxa de Administração	Taxa devida pela administração do Fundo e gestão da Carteira, equivalente a 0,2% (vinte centésimos por cento) ao ano do valor do patrimônio líquido do Fundo.
Terceira Emissão	A terceira emissão do Fundo, de até 14.382 (quatorze mil, trezentas e oitenta e duas) Cotas de Classe A, correspondente, na Data de Emissão, ao montante total equivalente a até R\$ 17.884.557,99 (dezessete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos).
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas do mercado acionário brasileiro, bem como cotas de fundos de investimento em participações, fundos de investimento em empresas emergentes e fundos de investimentos em ações.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, no singular ou no plural, que não tenham sido definidos nesta seção terão o significado que lhes for atribuído neste Prospecto e no Regulamento.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Cotas de Classe A da Terceira Emissão serão objeto de distribuição pública primária, exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado, para Investidores Qualificados que sejam profissionais do Grupo Rio Bravo.

A Oferta será conduzida pela Administradora, sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta. A Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Cotas de Classe A, inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Cotas de Classe A a serem colocados no âmbito da Oferta, sendo que a quantidade mínima a ser distribuída será de 1.000 (mil) Cotas de Classe A.

Não será concedido qualquer tipo de desconto e/ou repasse aos investidores interessados em adquirir Cotas de Classe A no âmbito da Oferta.

As Cotas de Classe A objeto da Oferta não são destinadas a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de cotas de fundos de investimentos em participações é restrito.

O Regulamento do Fundo foi registrado no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de novembro de 2009, sob o n.º 1285447. A Terceira Emissão das Cotas de Classe A do Fundo foi aprovada pelos Cotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Cotistas realizada em 19 de outubro de 2009, cuja ata foi registrada no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de novembro de 2009, sob o n.º 1285446.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

A Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, que sejam profissionais do Grupo Rio Bravo, e que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar risco de crédito em suas aplicações.

2.1.3. Aplicação Inicial e Manutenção de Investimento no Fundo

O valor da aplicação inicial realizada por todo e qualquer investidor no Fundo deverá corresponder a, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais), observado que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.

2.1.4. Registro da Oferta

A Oferta foi registrada na CVM em 1 de dezembro de 2009, sob n.º CVM/SRE/RFP/2009/020, nos termos da Instrução CVM 391 e da Instrução CVM 400.

2.1.5. Quantidade de Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão

A Oferta é composta por até 14.382 (quatorze mil, trezentas e oitenta e duas) Cotas de Classe A, nominativas e escriturais. A Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Cotas de Classe A, inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Cotas de Classe A a serem colocadas no âmbito da Oferta, sendo que a quantidade mínima a ser distribuída será de 1.000 (mil) Cotas de Classe A.

2.1.6. Preço de Emissão e Valor Total da Oferta

O Preço de Emissão corresponderá a R\$ 1.243,5376 (mil, duzentos e quarenta e três reais vírgula cinco três sete seis centavos) por Cota de Classe A, totalizando a Oferta o montante de até R\$ 17.884.557,99 (dezesete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos). O Preço de Emissão foi definido com base nos termos do artigo 9.2.1. do Regulamento de forma a não acarretar diluição injustificada da participação dos antigos Cotistas do Fundo.

2.1.7. Prazo de Colocação e Procedimento de Subscrição e Integralização das Cotas de Classe A

As Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão deverão ser totalmente subscritas até a Data de Encerramento. As Cotas de Classe A da Terceira Emissão que não forem subscritas até a Data de Encerramento serão canceladas pela Administradora.

A integralização das Cotas de Classe A deverá ser feita no ato da respectiva subscrição, pelo Preço de Emissão, e poderá ser realizada em moeda corrente nacional, por meio de depósito bancário, por meio da CETIP, por meio da bolsa de valores, e/ou em ativos, nos termos da regulamentação aplicável.

No ato de subscrição das Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Administradora e (ii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

2.1.8. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, teve início na data da publicação do Anúncio de Início, qual seja, 9 de dezembro de 2009.
Prazo de Colocação	As Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão deverão ser totalmente subscritas até a Data de Encerramento.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os Investidores Qualificados que sejam profissionais do Grupo Rio Bravo e estejam interessados em adquirir Cotas de Classe A da Terceira Emissão no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção, a qualquer momento a partir da publicação do Anúncio de Início e até a Data de Encerramento ou data da publicação do anúncio de encerramento, o que ocorrer primeiro, por meio de correspondência endereçada à Administradora.
Distribuição junto ao público	As Cotas de Classe A da Terceira Emissão serão colocadas exclusivamente junto a Investidores Qualificados, que sejam profissionais do Grupo Rio Bravo.
Subscrição e Integralização de Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão	<p>No ato de subscrição das Cotas de Classe A da Terceira Emissão, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Administradora e (ii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>As Cotas de Classe A da Terceira Emissão deverão ser totalmente subscritas até a Data de Encerramento. As Cotas de Classe A que não forem subscritas até a Data de Encerramento serão canceladas pela Administradora.</p> <p>A integralização das Cotas de Classe A deverá ser feita no ato da respectiva subscrição, pelo Preço de Emissão, e poderá ser realizada em moeda corrente nacional, por meio de depósito bancário, por meio da CETIP, por meio da bolsa de valores, e/ou em ativos, nos termos da regulamentação aplicável.</p>
Suspensão ou Cancelamento da	A Administradora divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do

Oferta	Anúncio de Início, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação, por meio de correspondência endereçada à Administradora, sendo que os montantes eventualmente entregues pelos investidores na integralização de suas Cotas de Classe A da Terceira Emissão serão integralmente restituídos pelo Fundo aos respectivos investidores no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da manifestação nesse sentido pelo investidor, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos os encargos e tributos devidos, mediante depósito em conta corrente previamente informada pelo investidor e de sua titularidade.
Modificação ou Revogação da Oferta	A Administradora divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Administradora, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser imediatamente comunicados pela Administradora, por escrito, a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação mencionada acima, por meio de correspondência endereçada à Administradora, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio. Em caso de (i) modificação da Oferta e o investidor não aceitar referida modificação ou (ii) revogação da Oferta, os montantes eventualmente entregues pelos investidores na integralização de suas Cotas de Classe A da Terceira Emissão serão integralmente restituídos pelo Fundo aos respectivos investidores no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da manifestação nesse sentido pelo investidor ou do ato de revogação da Oferta, conforme o caso, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos os encargos e tributos devidos, mediante depósito em conta corrente previamente informada pelo investidor e de sua titularidade.
Anúncios relacionados à Oferta	Quaisquer anúncios relacionados à Oferta serão divulgados no jornal "O Dia", periódico utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, nos termos do Regulamento.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao seu término, que ocorrerá após a Data de Encerramento e/ou mediante a subscrição da totalidade das Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão, o que ocorrer primeiro, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento no mesmo periódico utilizado para divulgação do Anúncio de Início.

2.2. Negociação das Cotas das Cotas de Classe A

Na data de emissão, as Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão não serão registradas nem admitidas à negociação em qualquer sistema de negociação. Após o encerramento da Oferta, as Cotas de Classe A poderão ser negociadas em mercado de balcão não organizado e/ou ser registradas e admitidas à negociação no SF. Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Cotas no SF, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Cotas.

Todo Cotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Cotas, deverá aderir ao Regulamento e cumprir com todos os requisitos descritos no Regulamento e neste Prospecto, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Cotas em questão.

2.3. Custos da Oferta

A tabela abaixo apresenta uma indicação dos custos relacionados ao registro da Oferta:

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta*
Despesas de Registro	82.870,00	0,46%
Publicações**	5.000,00	0,03%
Consultores Legais	40.000,00	0,22%
Total	127.870,00	0,71%

* Valores aproximados, limitados a 4 (quatro) casas decimais após a vírgula.

** Valor estimado.

Custo Unitário de Distribuição	
Preço por Cota (R\$)*	Custo por Cota (R\$)
1.243,5376	8,89097483
* Com base no Preço de Emissão.	
** Valor aproximado, limitado a 2 (duas) casas decimais após a vírgula.	
Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)
17.884.557,99	127.870,00

Além dos custos acima elencados, a Administradora não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão. Tendo em vista que a Administradora, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será a única responsável pela distribuição pública das Cotas de Classe A da Terceira Emissão junto ao Público Alvo, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Cotas de Classe A da Terceira Emissão.

2.4. Outras Informações

2.4.1. Informações Adicionais

Para esclarecimentos adicionais a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede da Administradora, ou, ainda, acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 3º andar

São Paulo – SP

At: Luiz Eugenio Junqueira Figueiredo ou Cláudio de Araújo Ferreira

Tel.: (011) 2107-6694 ou (011) 2107-6635

Email: contato@riobravo.com.br

Website: www.riobravo.com.br

Ouvidoria

Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 3º andar, Vila Olímpia

São Paulo - SP

At.: Miguel Russo Neto e/ou Cláudio de Araújo Ferreira

Website: www.riobravo.com.br

Tel.: 0800 722 9910

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo – SP

Website: www.cetip.com.br (Acesso aos seguintes links, respectivamente: Acesso Rápido – Prospectos – Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados)

2.4.2. Prestadores de Serviços do Fundo

Administração, Gestão e Controladoria

O Fundo é administrado e gerido pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.600.026/0001-81, a qual será responsável, ainda, pela distribuição das Cotas de Classe A, em regime de melhores esforços. A Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. também presta os serviços de controladoria para o Fundo.

Custódia Qualificada e Escrituração de Cotas

O Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, na Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, para ser responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira e de escrituração das Cotas, os quais constituem encargos do Fundo.

Auditores Independentes

Para a prestação dos serviços de auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo, foi contratada a BDO Trevisan Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, n.º 952, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.803.244/0001-06, ou seu sucessor no exercício dessas funções ("Auditores Independentes").

2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes

2.5.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo – SP
At.: Marina Anselmo Schneider e Natasha Kunert
Tel.: (11) 3147-7822
Fax: (11) 3147-7770
Correio eletrônico: manselmo@mattosfilho.com.br/natasha@mattosfilho.com.br

2.5.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Bela Cintra, n.º 952, 3º andar
São Paulo - SP
At.: Sr. Eliardo Vieira
Tel.: (11) 3138 5042
Fax: (11) 3138 5182
Correio Eletrônico: eliardo@bdobrazil.com.br

2.6. Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, a Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de Administradora e instituição distribuidora das Cotas de Classe A da Terceira Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do

registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição; (ii) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (iii) o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada por diretores estatutários da Administradora.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, aquelas relativas ao objetivo do Fundo, política de investimento e composição da Carteira e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia da Administradora, do Gestor e de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Variação do preço dos Valores Mobiliários

A Carteira do Fundo será composta pelos Valores Mobiliários e portanto, estará sujeita à variação de preços de tais Valores Mobiliários, especialmente os Valores Mobiliários admitidos ou à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado que componham a Carteira do Fundo. O valor dos Valores Mobiliários que integram ou que vierem a integrar a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados das companhias cujos Valores Mobiliários componham a Carteira do Fundo, sendo que em caso de queda do preço de tais Valores Mobiliários, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados ou que não sejam definitivas.

Risco dos emissores dos Valores Mobiliários e Outros Ativos

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e, portanto, dependerão do retorno dos investimentos do Fundo nos Ativos Alvo. Além disso, o Fundo poderá adquirir Outros Ativos previstos no seu Regulamento. Assim, caso os Ativos Alvo não cumpram suas obrigações de pagar a remuneração devida aos detentores dos Valores Mobiliários ou dos Outros Ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente.

Restrições ao resgate de Cotas e liquidez reduzida das Cotas

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Cotas na data de liquidação do Fundo. Caso os Cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Cotas em mercado de balcão não organizado e/ou no SF, caso as Cotas de Classe A sejam registradas para negociação neste sistema de negociação, devendo ser observado, para tanto, o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para a negociação de cotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Cotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Cotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Cotas.

Propriedade de Cotas vs. propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar de a Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos integrantes da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas por cada Cotista.

Liquidez reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para os Valores Mobiliários e/ou de o preço obtido em eventual negociação dos Valores Mobiliários ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio ao Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Não existência de garantia de rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura pela Administradora ou pelo Gestor ou qualquer outro tipo de garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos

relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Cotas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora ou de qualquer instituição pertencente ao mesmo conglomerado da Administradora ou com qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

Outros riscos

O Fundo poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ao controle da Administradora e/ou do Gestor, tais como inadimplemento de pagamentos, mudanças das regras aplicáveis aos investimentos nos Ativos Alvo, alteração da política monetária e política fiscal aplicáveis ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Cotistas.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO

INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO

Os termos e expressões utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção “Definições” deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo das disposições constantes do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Cisão

Em 20 de maio de 2008 os Cotistas do Fundo aprovaram a cisão parcial do Fundo. A cisão parcial do Fundo teve por objetivo proporcionar um melhor aproveitamento dos recursos e despesas do Fundo, bem como segregar os ativos do Fundo de acordo com as suas atividades, espécies e riscos inerentes a cada ativo.

A parcela cindida do Fundo, que consistiu nas ações da Rio Bravo Crédito e Participações S.A., foi avaliada segundo o critério do valor do patrimônio líquido contábil em R\$58,4 milhões, e foi vertida para o fundo fruto da cisão, o RB Crédito Fundo de Investimento em Participações.

A cisão parcial foi realizada sem solidariedade entre os fundos, de forma que o RB Crédito Fundo de Investimento em Participações seja responsável apenas pelas obrigações que lhe foram transferidas no âmbito da parcela cindida.

4.2. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM 391, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 30 (trinta) anos, prorrogáveis nos termos do Regulamento.

4.3. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente à participação de Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução 409.

O valor da aplicação inicial realizada por todo e qualquer investidor no Fundo deverá corresponder a, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais), observado que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.

4.4. Objetivo e Política de Investimento

O objetivo do Fundo é proporcionar ganhos de capital aos seus cotistas, a longo prazo, investindo em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias promissoras, abertas ou fechadas, do mercado acionário brasileiro, inclusive através de cotas de fundos de investimento em participações, fundos de investimento em empresas emergentes e fundos de investimento em ações (com políticas de investimento de longo prazo e que visem influenciar a administração das empresas investidas, principalmente os fundos administrados/geridos por empresas, direta ou indiretamente, controladas pelo Fundo, para que o fundo tenha influência relevante na administração do fundo investido (preferencialmente indicando um membro para o comitê de investimentos dos fundos investidos)), visando alcançar retornos consistentes e acima do mercado, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão. O conhecimento das atividades da empresa e o acompanhamento da capacidade de seus executivos em materializar o máximo de retorno sobre o investimento do acionista, farão parte da estratégia de gestão do Fundo para avaliar e monitorar as oportunidades de investimento e os investimentos realizados.

A participação do Fundo no processo decisório dos Ativos Alvo, conforme o caso, poderá ocorrer, principalmente: (i) pela indicação de membros ao conselho de administração das companhias em que investir; (ii) pela detenção de ações que integrem o bloco de controle; (iii) pela celebração de acordos de acionistas; ou (iv) pela celebração de ajuste de natureza diversa que assegure ao Fundo efetiva influência na definição de sua política de estratégia e na sua gestão.

A fim de que o Ativo Alvo possa receber investimentos do Fundo, o Ativo Alvo que seja uma companhia fechada deverá observar as seguintes e manter as seguintes práticas de governança corporativa:

- (i) o seu estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo no Ativo Alvo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão do Ativo Alvo em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração do Ativo Alvo deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) o Ativo Alvo deverá sempre manter disponíveis informações sobre contratos com Partes Relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de compra de Valores Mobiliários de sua emissão, se houver;
- (iv) o Ativo Alvo deverá aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital do Ativo Alvo, mediante registro de companhia aberta na CVM, o Ativo Alvo deverá obrigar-se perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) suas demonstrações financeiras deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

No caso do Ativo Alvo ser uma companhia aberta, o Ativo Alvo deverá prever em seu estatuto social o atendimento aos níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nas alíneas (i) a (iv) acima.

O Fundo poderá ter até 100% (cem por cento) de sua Carteira representada por ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários, incluindo as cotas de fundos de investimento em participações, fundos de investimento em empresas emergentes e fundos de investimento em ações, conversíveis ou permutáveis em ações, emitidos por um único Ativo Alvo, podendo deter até 100% (cem por cento) do capital dos Ativos Alvo.

Até 33% (trinta e três por cento) do total de ativos do Fundo poderá ser aplicado em Outros Ativos. Este percentual somente poderá ser excedido em decorrência do recebimento pelo Fundo de bens e direitos quando da alienação de Ativos Alvo.

O Fundo não deverá em nenhum momento possuir mais de 5% (cinco por cento) de seu patrimônio composto por instrumentos de dívida (outros que debêntures conversíveis, warrants e títulos do tesouro nacional).

É vedado ao Fundo realizar operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

4.5. Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Período de Investimento do Fundo é de 20 (vinte) anos a contar da data da primeira subscrição ou integralização de Cotas do Fundo, ou seja, 25 de setembro de 2006, não podendo haver novos investimentos após este período, exceto por investimentos para novos aportes em Ativos Alvo já integrantes da Carteira do Fundo, os quais poderão ser efetuados até 2 (dois) anos após o término da data anteriormente mencionada. O Período de Investimento poderá ser prorrogado por 10 (dez) anos por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, mediante aprovação de no mínimo 51% das Cotas emitidas pelo Fundo.

Caso decorrido o Período de Investimento, o Fundo não tenha efetuado os investimentos nos Ativos Alvo, a Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para este fim irá deliberar pela prorrogação do Período de Investimento ou pela liquidação do Fundo, com a devolução das importâncias recebidas dos Cotistas pela integralização de Cotas, acompanhada dos rendimentos obtidos em razão da aplicação das referidas importâncias em títulos de renda fixa, públicos ou privados.

4.6. Período de Desinvestimento

O Período de Desinvestimento é de 10 (dez) anos seguintes ao Período de Investimento, durante o qual os investimentos do Fundo deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será obrigatoriamente

utilizado para a amortização das Cotas do Fundo. Este período poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) anos por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas, mediante aprovação de no mínimo 51% das Cotas emitidas pelo Fundo.

As importâncias recebidas dos Cotistas pela integralização das Cotas deverão ser depositadas em banco comercial, em conta corrente aberta em nome do Fundo, a ser informada ao investidor pela Administradora, na data da respectiva integralização de Cotas, sendo obrigatória a sua imediata aplicação em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou ainda na aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão dos Ativos Alvo.

Na liquidação total ou parcial dos investimentos, em qualquer momento durante a existência do Fundo, nos Ativos Alvo ou em Outros Ativos financeiros que integram a Carteira do Fundo, o produto oriundo de tal liquidação será utilizado para amortização das Cotas do Fundo, observado o previsto no Regulamento.

Independentemente do disposto acima, a Administradora poderá submeter à deliberação dos detentores de Cotas de Classe B a decisão sobre a utilização em novos investimentos dos recursos obtidos com a liquidação total ou parcial dos investimentos durante o Período de Investimento.

Na hipótese da venda da participação, total ou parcial, ocorrer durante o Período de Desinvestimento, os recursos obtidos serão obrigatoriamente destinados à amortização de Cotas.

Nos termos da legislação aplicável, será admitido, desde que obedecidos os critérios estabelecidos no Regulamento e previamente aprovado na Assembléia Geral de Cotistas, o pagamento de amortizações ou da liquidação do Fundo com ativos e/ou valores mobiliários.

4.7. Procedimento de Liquidação dos Investimentos em Valores Mobiliários

A liquidação dos investimentos do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega aos Cotistas dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos que compõem a Carteira do Fundo, mediante observância do disposto no item 4.7.8. deste Prospecto.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada em observância às normas operacionais estabelecidas pela CVM que são aplicáveis ao Fundo.

Após o pagamento do resgate total das Cotas, a Administradora promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades nos termos da regulamentação em vigor.

4.8. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização, Negociação e Amortização das Cotas

4.8.1. Características das Cotas e Direitos Patrimoniais

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo e são divididas em duas classes, Cotas de Classe A e Cotas de Classe B. Todas as Cotas terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares e farão jus a direitos econômicos e patrimoniais idênticos. As Cotas de Classe B terão direitos políticos diferenciados, conforme descrito neste Prospecto e no Regulamento.

Cada Cota de Classe B será livremente conversível em uma Cota da Classe A, a qualquer tempo, devendo os titulares de Cotas de Classe B informar a Administradora quando da realização da conversão com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, para que esta tome as devidas providências. As Cotas de Classe A não são conversíveis.

4.8.2. Direito de Voto das Cotas

Observado o disposto no Capítulo X do Regulamento, todas as Cotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Cotistas, correspondendo cada Cota a um voto na respectiva Assembléia Geral de Cotistas. As Cotas de Classe B têm direitos políticos diferenciados das Cotas de Classe A.

4.8.3. Valor das Cotas

As Cotas terão seu valor calculado nos termos do Regulamento, e tal valor será o correspondente à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas emitidas e em circulação, ambos na data de apuração do valor das Cotas.

4.8.4. Patrimônio do Fundo e Preço de Emissão

Após a Terceira Emissão, o patrimônio do Fundo será formado por até 62.452 (sessenta e duas mil, quatrocentas e cinquenta e duas) Cotas, sendo até 43.632 (quarenta e três mil seiscentas e trinta e duas) Cotas de Classe A e 18.820 (dezoito mil, oitocentas e vinte) Cotas de Classe B. O Preço de Emissão das Cotas de Classe A da Terceira Emissão corresponderá a R\$ 1.243,5376 (mil, duzentos e quarenta e três reais vírgula cinco três sete seis centavos), totalizando a Terceira Emissão o montante de R\$ 17.884.557,99 (dezessete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos). O Preço de Emissão das Cotas de Classe A foi definido com base nos termos do item 9.2.1. do Regulamento de forma a não acarretar diluição injustificada da participação dos antigos Cotistas do Fundo.

Nos termos do Regulamento, o valor unitário de novas cotas que venham a ser emitidas pelo Fundo e o seu respectivo preço de emissão deverão ser fixados de forma a não acarretar diluição injustificada da participação dos antigos cotistas do Fundo, ainda que tenham direito de preferência para subscrever as novas cotas, tendo em vista (i) o valor do patrimônio líquido apurando em balancete no último dia útil do mês anterior ao da emissão em questão; ou (ii) as perspectivas de todas as empresas e fundos cujos valores mobiliários integrem a carteira do Fundo e no estado dos negócios por elas explorados.

4.8.5. Emissão e Subscrição das Cotas de Classe A

As Cotas de Classe A da Terceira Emissão serão objeto de distribuição pública registrada na CVM, exclusivamente em mercado brasileiro de balcão não organizado e destinada para Investidores Qualificados que sejam profissionais do Grupo Rio Bravo, nos termos e limites da regulamentação aplicável vigente.

No ato de subscrição das Cotas de Classe A da Terceira Emissão e/ou no ato de subscrição de eventuais novas Cotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Administradora e (ii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas neste Prospecto e no Regulamento, nos termos da regulamentação aplicável.

Os atuais Cotistas do Fundo renunciaram ao direito de preferência para a subscrição das Cotas de Classe A da Terceira Emissão.

4.8.6. Integralização das Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão

A integralização das Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão deverá ocorrer no ato da subscrição, (i) por meio de depósito bancário em conta definida pela Administradora, (ii) em mercado de balcão organizado, ou (iii) em bolsa de valores, podendo ser feita em moeda corrente nacional ou em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos objeto da política de investimento do Fundo, desde que previamente aprovados em Assembléia Geral de Cotistas.

A integralização das Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão será pelo Preço de Emissão.

4.8.7. Emissão de novas Cotas

Emissões de novas Cotas somente poderão ser realizadas mediante prévia da Assembléia Geral de Cotistas e observado o disposto no Regulamento e na legislação aplicável.

Na hipótese de emissão de novas Cotas, o valor unitário e o preço de emissão de tais novas Cotas deverão ser fixados de forma a não acarretar diluição injustificada da participação dos antigos Cotistas do Fundo, ainda que tenham direito de preferência para subscrever as novas Cotas, tendo em vista (i) o patrimônio líquido apurado em balancete no último dia do mês anterior ao da emissão em questão; ou (ii) as perspectivas de todas as empresas e fundos cujos Valores Mobiliários integrem a Carteira do Fundo e no estado dos negócios por elas explorados, sendo que em ambos os casos o valor apurado deverá ser entregue aos Cotistas da Assembléia Geral de Cotistas que deliberar sobre a emissão ou, conforme o caso, juntamente com o processo de consulta que, para tanto, lhes for dirigida pela Administradora.

Na proporção do número e classe de Cotas que possuírem, os Cotistas do Fundo terão preferência para a subscrição das novas Cotas, desde que a exerça no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da publicação do respectivo anúncio de início da emissão ou do recebimento de correspondência a este respeito enviada pela Administradora. Para efeitos do exercício do direito de preferência, serão consideradas as Cotas de titularidade do Cotista registradas em nome do Cotista 10 (dez) dias antes da publicação do anúncio ou do envio da correspondência.

Novas Cotas que venham a ser emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos no ato de deliberação da emissão de tais novas Cotas, mediante observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento.

4.8.8. Procedimentos referentes à Amortização e ao Resgate de Cotas

Para efeitos de amortização de Cotas, será considerado o valor da Cota vigente na data de amortização, deduzido de eventuais despesas, tributos, taxas conforme estabelecido no Regulamento.

As amortizações de Cotas deverão ser feitas (i) por ordem de pagamento ou depósito em conta corrente do cotista; (ii) na CETIP; ou (iii) na bolsa de valores, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a efetiva entrada de recursos no Fundo. Os pagamentos serão realizados segundo as regras estabelecidas por cada câmara.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, em caso de decisão da Assembléia Geral de Cotistas, todas as Cotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Cotas em circulação à época da liquidação do Fundo, será admitido o pagamento de amortizações com Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos, desde que assim aprovado pela Assembléia Geral de Cotistas.

As Cotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.8.9. Distribuição e negociação das Cotas

As Cotas de Classe A objeto da Terceira Emissão serão objeto de distribuição pública primária, exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado.

Na data de emissão, as Cotas de Classe A não serão registradas nem admitidas à negociação em qualquer sistema de negociação.

Após o encerramento da Oferta, as Cotas de Classe A poderão ser negociadas em mercado de balcão não organizado e/ou ser registradas e admitidas à negociação no SF. Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Cotas no SF, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Cotas.

Todo Cotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Cotas, deverá aderir ao Regulamento e cumprir com todos os requisitos descritos neste Prospecto e no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Cotas em questão.

Caso um Cotista venha a alienar suas Cotas a terceiros e/ou a outros Cotistas sem observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento e sem comprovação, pela Administradora, no caso de negociações privadas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Cotas no SF, de que o novo Cotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

As cessões e transferências privadas de Cotas serão realizadas por meio da assinatura de instrumento particular de cessão de cotas e outras avenças assinado pelo Cotista e pelo cessionário das Cotas objeto da cessão e transferência, o qual deverá ser registrado em cartório de registro de títulos e documentos na forma da legislação aplicável. O cessionário das Cotas objeto da cessão e transferência, além de observar o disposto neste item 4.7.9., enviará à Administradora os documentos que formalizarem a cessão e transferências de Cotas, bem como comprovará sua condição de investidor qualificado e sua situação cadastral.

4.9. Política de Distribuição de Resultados

Dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas companhias investidas integrantes da Carteira do Fundo, assim como quaisquer outros valores por este recebidos em decorrência de seus investimentos nas referidas companhias, deverão igualmente ser destinados à amortização de Cotas, observando-se que os valores serão repassados diretamente aos cotistas.

Os valores oriundos das companhias investidas, a título de dividendos ou juros sobre capital próprio, poderão ser repassados diretamente aos cotistas, caso a Administradora decida por não reter ou reinvestir os recursos na forma dos itens anteriores.

4.10. Demonstrações Contábeis e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas da Administradora, bem como do Custodiante.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo terá encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, nos termos da Instrução da CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, conforme alterada. A avaliação das Cotas do Fundo será feita ordinariamente ao fim de cada mês, utilizando-se na avaliação dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira do Fundo os critérios estabelecidos abaixo.

- I. As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição dos respectivos Ativos Alvo ou, conforme o caso: (a) pelo preço de emissão adotado em aumento de capital subsequente ao investimento realizado pelo Fundo, no qual terceiros tenham adquirido participação igual ou superior a 5% do capital do Ativo Alvo; (b) pelo preço fixado em negociação de participação que represente, no mínimo, 5% do capital do Ativo Alvo e na qual pelo menos 5% tenham sido adquiridos por terceiros; (c) pela dedução dos dividendos eventualmente recebidos, desde que o último evento utilizado para formação do preço seja nos termos estabelecidos no Regulamento; (d) pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada, nos termos da Instrução CVM 340, de 29 de junho de 2000.
- II. As ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo preço de fechamento do mercado do último dia de negociação do semestre civil.
- III. As debêntures conversíveis serão avaliadas pelo valor do principal acrescido da remuneração incorrida, calculada *pro rata temporis*, nas condições constantes da respectiva escritura de emissão.
- IV. Os títulos de renda fixa serão avaliados pelo preço unitário dos títulos que compuserem a Carteira do Fundo.
- V. As cotas dos fundos de *investimento* em participações, dos fundos de *investimento* em empresas emergentes e dos fundos de investimento em ações serão avaliadas pelo seu valor patrimonial.

4.11. Assembléia Geral

As matérias de competência da Assembléia Geral de Cotistas, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Cotistas para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos no Capítulo X do Regulamento.

4.12. Prestadores de Serviços do Fundo e Estrutura de Governança Corporativa

4.12.1. Administradora, Gestor e Serviços de Controladoria

O Fundo é administrado e gerido pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Rio Bravo"), sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 72.600.026/0001-81. A Rio Bravo também é responsável pela prestação de serviços de controladoria ao Fundo.

Fundada em janeiro de 2000 como uma administradora de capital de risco no Brasil, a Rio Bravo tornou-se uma empresa de gestão de investimentos diversificada, com forte presença no Brasil.

A Rio Bravo foi constituída como uma sociedade na qual seus acionistas são todos obrigatoriamente executivos da empresa, participando diretamente da condução dos negócios, assegurando dedicação total a seus clientes e respondendo diretamente pela qualidade dos serviços prestados aos clientes, tanto investidores como corporativos.

A Rio Bravo possui aproximadamente 80 profissionais em seus escritórios nacionais.

Renda Variável e Multi-Mercados

Através da Rio Bravo Investimentos S.A. e coligadas, a Rio Bravo administra fundos de investimento para investidores institucionais do Brasil e do exterior, organismos internacionais, empresas e investidores individuais nas seguintes modalidades:

- Fundos de Ações com foco em governança corporativa
- Fundos de *Private Equity* e Capital de Risco
- Fundos Multi-Mercado
- Fundos de Investimento Imobiliário

Todos os fundos de ações e multimercado da Rio Bravo são orientados por análises fundamentalistas tanto em nível macro como microeconômico. A Rio Bravo atua na maioria das empresas e projetos nos quais aloca capital.

A Rio Bravo também presta toda uma gama de serviços de *Private Banking*, com produtos próprios e de terceiros, para investidores e *family offices*, inclusive internacionais.

Ao prover serviços para investidores, a Rio Bravo desenvolveu uma operação de administração de fundos imobiliários que se tornou uma das maiores do país, atendendo investidores institucionais e individuais.

A Rio Bravo é um dos principais administradores de fundos de investimentos imobiliários no Brasil, gerindo investimentos em imóveis no valor aproximado de R\$ 2,5 bilhões em ativos. A experiência da Rio Bravo engloba a emissão, distribuição e a administração de cotas de fundos de investimento imobiliário.

Administradores da Rio Bravo

Paulo Bilyk (Chief Investment Officer)

Paulo A. P. Bilyk é o *chief investment officer* da Rio Bravo, além de ter sido um dos sócios fundadores da empresa em 2000.

Anteriormente, Paulo foi sócio e diretor executivo do Banco Pactual (atualmente, Banco BTG Pactual), onde dirigiu o

departamento de finanças corporativas, que passou a integrar em 1992 como associado. Nessa atividade Paulo assessorou grandes e médias empresas no Brasil em aquisições e vendas de ativos, operações de mercados de capitais e reestruturações de dívidas.

Antes do Banco Pactual, trabalhou de 1987 a 1989 na área de operações internacionais da Itaútec Informática, uma das principais empresas na área de sistemas de informação no Brasil, lidando com assuntos relacionados ao Departamento de Comércio norte-americano e participando da equipe que deu início a uma *joint venture* da empresa com a IBM para a comercialização do sistema AS/400 no Brasil.

Paulo Bilyk formou-se em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, em 1988, e concluiu seu mestrado pela Fletcher School of Law and Diplomacy em 1992.

Gustavo H. B. Franco (Estrategista-chefe e presidente do conselho de administração)

Gustavo H. B. Franco é o estrategista-chefe da Rio Bravo, presidente do conselho de administração e um dos sócios fundadores.

Foi presidente do Banco Central entre agosto de 1997 e janeiro de 1999, tendo sido, nos quatro anos anteriores, diretor da Área Internacional do Banco Central e Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Durante o período em que esteve no serviço público, Gustavo teve participação central na formulação, operacionalização e administração do Plano Real. Conduziu diretamente a operação dos mercados, negociações financeiras internacionais (Plano Brady, acordo com o FMI em 1998), lançamentos de títulos da República, re-estruturações bancárias (PROES, PROER, privatizações) e aspectos regulatórios próprios das atividades de bancos centrais.

De 1986 a 1993, Gustavo foi professor e pesquisador do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - atividade que retomou em 2004 - e foi consultor de diversas organizações internacionais, de órgãos dos governos federal, de Estados e do Município do Rio de Janeiro, bem como de várias empresas privadas nacionais e estrangeiras. Também foi professor visitante e *fellow* na University of California Los Angeles, Stanford e Harvard.

Gustavo é membro do conselho de administração do Banco Daycoval, mantém atividade acadêmica (aulas e pesquisas) e escreve regularmente para jornais e revistas. Tem dez livros publicados e mais de uma centena de artigos em revistas acadêmicas. Seus escritos podem ser encontrados em sua *home-page*: <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco>.

É bacharel (1979) e mestre (1982) em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e PhD (1986) pela Harvard University.

Mário Fleck (Presidente)

Mário Fleck é o presidente da Rio Bravo desde janeiro de 2009, depois de quatro anos como diretor de renda variável.

Naquela posição, Mário ajudou a criar e gerir o Rio Bravo Fundamental FIA, o fundo de valor e ativismo da Rio Bravo, do qual continua sendo o gestor.

Mário veio para a Rio Bravo depois de trabalhar 28 anos na Accenture, sendo 14 como presidente no Brasil. Ingressou na Accenture em 1976, quando a empresa ainda se chamava Andersen Consulting, e tornou-se sócio em 1986. Liderou o Grupo de Produtos de Consumo até 1990, quando passou a presidir a empresa no Brasil. Também integrou o conselho mundial da empresa e liderou projetos para clientes como o Grupo Pão de Açúcar, Sadia e Vale, entre outros.

Mário é membro do conselho de administração da Cremer e da Eternit, foi conselheiro da Unipar e da Ferbasa, e é conselheiro de três empresas não listadas em Bolsa: Disec, Direct Talk e Tecnológica.

Mário Fleck formou-se em Engenharia Mecânica e Industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Fabio Ohara Ishigami (Diretor, Distribuição Institucional)

Fabio Ohara Ishigami passou a integrar a Rio Bravo em 2003, como responsável pela distribuição institucional de produtos.

Anteriormente, supervisionou a carteira de investimentos dos fundos de pensão como diretor de investimentos da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), nos anos de 2001 e 2002. Foi responsável pela área de operações estruturadas de *corporate bank* do Banco Itaú, onde ingressou após ter trabalhado por vários anos no banco de investimentos do Banco Francês e Brasileiro.

Fabio possui larga experiência na estruturação de operações de captação de recursos para empresas brasileiras nos mercados doméstico e internacional, bem como em operações de crédito corporativo.

Fabio Ohara formou-se em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP/SP, em 1991, e concluiu seu MBA na University of California - Berkeley, com foco em *Finance and General Management* em 1999, tendo também cursado o mestrado em Economia Política na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Miguel Russo Neto (Diretor – Risco e Compliance)

Miguel Russo é diretor da Rio Bravo desde junho de 2007, responsável pela área de Risco e *Compliance*.

Trabalhou de 1992 a 2007 na Sul América Investimentos, onde foi responsável por administração de risco, *compliance*, jurídico, tecnologia, *back-office* e *call center*. Também trabalhou na administração de fundo de fundos e na área de produtos.

Miguel Russo formou-se em Economia pela FEA/USP, em 1995, e concluiu seu mestrado em Modelagem Matemática em Finanças pelo IME-FEA/USP em 2004.

Luiz Eugenio J. Figueiredo (Diretor de Operações)

Luiz Eugenio Junqueira Figueiredo é diretor de operações da Rio Bravo. Sócio da empresa desde sua fundação em 2000, liderou a área de fundos imobiliários e a área de *private equity* e *venture capital*, tendo participado ativamente na captação de recursos, análise, negociação, estruturação e acompanhamento de investimentos.

Ex-associado na área de *corporate finance* do Banco Pactual, dedicado a projetos de fusões e aquisições no setor financeiro, Luiz Eugenio atuou em diversas transações de compra e venda de bancos e seguradoras.

Antes de ingressar no Pactual em 1997, atuou por dois anos na área de análise de investimentos do Unibanco, sendo responsável pelo acompanhamento e recomendação de investimento em empresas inicialmente no setor financeiro e, posteriormente, também no setor de petróleo e petroquímica.

Iniciou sua carreira profissional na PricewaterhouseCoopers, onde permaneceu por quatro anos na área de auditoria, com foco em instituições financeiras (bancos, seguradoras, fundos de investimentos, companhias de arrendamento mercantil, consórcios), mas também tendo atuado em diversas indústrias e prestadoras de serviços.

Luiz Eugenio formou-se em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), São Paulo, em 1994. Atualmente é presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP).

Martim Fass (Diretor – Fundos de Investimento Imobiliário)

Martim Fass juntou-se à Rio Bravo em 2004, sendo atualmente responsável pela equipe de estruturação e administração de fundos de investimento imobiliário.

Antes da Rio Bravo, Martim trabalhou na área de auditoria de instituições financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu e acumulou experiências profissionais na Alemanha e Holanda, atuando sempre na área financeira.

Martim formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Cláudio de Araújo Ferreira (Advogado – Departamento Jurídico)

Cláudio de Araújo Ferreira juntou-se à Rio Bravo em 2006 como o advogado responsável pelo departamento jurídico.

Antes de ingressar na Rio Bravo, Cláudio atuou em alguns escritórios nacionais, tais como Felsberg & Associados, Choaib Paiva e Justo, e David do Nascimento, além de ter feito estágio nos escritórios Fiammenghi & Fiammenghi, em Roma, e Millé Abogados, em Buenos Aires.

Claudio é mestrando em direito comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, formado em direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, possui especialização em administração de empresas e finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Adicionalmente cursou especialização em direito tributário no Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET e cursou um semestre de *business administration* no Alpha & Beta College na Austrália.

Anita Spichler (Analista de Fundos de Investimentos)

Anita Spichler juntou-se à Rio Bravo em junho de 2006 e é atualmente analista responsável pelos Fundos de Investimento Imobiliário com foco no varejo, possuindo larga experiência na estruturação de operações envolvendo empreendimentos imobiliários comerciais.

Antes de se juntar à Rio Bravo, trabalhou no Safdié Private Banking (antigo Multi Commercial Bank DTVM Ltda.), sempre na área de fundos de investimentos.

Anita formou-se em Economia na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

4.12.2. Substituição da Administradora

A Administradora poderá renunciar à administração do Fundo e gestão da Carteira, mediante notificação, por escrito, endereçada a cada Cotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, a Administradora deverá convocar imediatamente Assembléia Geral de Cotistas para eleger seu substituto, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contado da data de encaminhamento da notificação de que trata este parágrafo.

Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia da Administradora, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir.

Além da hipótese de renúncia descrita acima, a Administradora poderá ser destituída de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM (nos termos da regulamentação em vigor) e/ou por vontade exclusiva dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral de Cotistas.

Na hipótese da Administradora deixar de administrar o Fundo, por descredenciamento da CVM ou por destituição deliberada pelos Cotistas em Assembléia Geral de Cotistas regularmente convocada e instalada, a Administradora fará jus a receber a Taxa de Administração, a ser paga *pro rata temporis*, observado o período de exercício efetivo das funções de administração e gestão e o prazo de duração do Fundo. O pagamento da Taxa de Administração devida à Administradora substituída será efetuado em dinheiro.

4.12.3. Custódia e Registro das Cotas

As atividades de custódia e registro das Cotas do Fundo são exercidas pelo Banco Bradesco S.A., sociedade regularmente credenciada perante a CVM para a prestação dos serviços de custódia, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/n, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12.

Considerada uma das empresas mais modernas do mundo, sempre apontando tendências e antecipando serviços e produtos para seus Clientes, o Bradesco prioriza investimentos em tecnologia/informática, sendo que somente no primeiro semestre de 2005, atingiu a marca de R\$ 698 milhões. Muitos de seus produtos têm a qualidade de seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000. Seu Departamento de Ações e Custódia presta serviços de administração de recursos somente para terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente independentes das demais áreas do Banco, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços.

4.12.4. Auditor Independente

A atividade de auditoria independente do Fundo é exercida pela BDO Trevisan Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, n.º 952, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.803.244/0001-06.

A BDO Trevisan é uma empresa de auditoria e consultoria com 23 anos de experiência no mercado brasileiro e integra a rede internacional da BDO, uma das maiores empresas do mundo nesse segmento. Com escritórios em 105 países, a empresa conta com mais de 700 profissionais alocados em 16 escritórios no Brasil.

4.12.5. Comitê de Investimentos

O Fundo terá um Comitê de Investimentos, composto de 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, que terá a função de analisar e aprovar todas as decisões da Administradora com relação aos investimentos e desinvestimentos, diretos ou indiretos, efetuados pelo Fundo, bem como todas as decisões da Administradora relativas aos ativos do Fundo que possam afetar o valor dos mesmos.

Os membros do Comitê de Investimentos serão eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária dos Cotistas, para mandatos de 1 (um) ano, e poderão ser reeleitos.

Caso qualquer dos membros efetivos ou suplentes do Comitê de Investimentos deixe de integrá-lo, por qualquer motivo, a Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral de Cotistas para eleger um membro substituto.

As seguintes matérias serão necessariamente submetidas pela Administradora para prévia aprovação do Comitê de Investimentos e dos investidores titulares de Cotas de Classe B, com cópia de toda a documentação relevante, incluindo o plano de negócios e estratégias referentes a cada investimento e de justificativa da operação:

I – Qualquer investimento a ser feito direta ou indiretamente pelo Fundo;

II – Qualquer desinvestimento total ou parcial a ser feito direta ou indiretamente pelo Fundo;

III – Todas e quaisquer reorganizações societárias referentes aos Ativos Alvo, incluindo, mas sem limitação, a incorporação, fusão ou cisão da Rio Bravo Investimentos S.A.;

IV – todos os contratos e negócios entre, de um lado, (i) qualquer dos ativos detidos pelo Fundo e, de outro (ii) qualquer sociedade ou entidade controlada por (a) qualquer cotista direto ou indireto do Fundo; ou (b) qualquer membro dos órgãos de administração de uma sociedade ou entidade controlada direta ou indiretamente por qualquer cotista direto ou indireto do Fundo.

Os membros do Comitê de Investimentos receberão cópias de todas as atas de assembleias gerais, de reuniões de cotistas, e de reuniões do conselho de administração de todas as sociedades e outros veículos de investimentos detidos direta ou indiretamente pelo Fundo.

As reuniões do Comitê de Investimentos serão realizadas somente com a presença de todos os seus integrantes, sendo que, na ausência de um integrante, seu suplente poderá substituí-lo e todas as suas deliberações serão tomadas pela unanimidade de votos dos seus membros.

4.13. Partes Relacionadas à Administradora e Situações de Conflito de Interesses

O Fundo pode realizar investimentos em Valores Mobiliários de Ativos Alvo nos quais participem os cotistas do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto; a Administradora, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto; e quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas que façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal dos Ativos Alvo.

A Administradora do Fundo deverá informar o Comitê de Investimentos a respeito de todas as aplicações de recursos do Fundo nos Ativos Alvo, sendo que competirá ao Comitê de Investimentos deliberar sobre a realização de novos investimentos ou desinvestimentos, inclusive na hipótese de conflitos de interesse mencionadas no parágrafo acima.

4.14. Remuneração da Administradora e Demais Despesas do Fundo

4.14.1. Taxa de Administração

Pela prestação de serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira, a Administradora será remunerada por meio de uma Taxa de Administração correspondente a 0,2% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, a qual será apropriada por dia útil como despesa do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil, por período vencido.

4.14.2. Taxa de Performance

Não há taxa de performance.

4.14.3. Encargos do Fundo

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas que poderão ser debitadas do Fundo diretamente:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Prospecto e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência da Administradora no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Cotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira; e
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta da Administradora, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Cotistas.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pela Administradora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

O Fundo não cobra taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Cotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Cotas.

4.15. Política de Divulgação de Informações

A Administradora é obrigada a divulgar a todos os Cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, exceto informações sigilosas referentes aos Ativos Alvo, obtidas pela Administradora sob compromisso de

confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos dos Ativos Alvo.

A Administradora deverá enviar a CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e também aos Cotistas, as seguintes informações:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) número de Cotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

A Administradora deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

A divulgação de qualquer informação de relevância para os Cotistas do Fundo será realizada através (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal “O Dia” ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) carta com aviso de recebimento, ou, quando permitido pela legislação em vigor, e-mail enviados aos Cotistas e/ou aos seus representantes.

4.16. Solução de Conflitos

Quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao Fundo ou a questões decorrentes deste Prospecto ou do Regulamento serão solucionadas por arbitragem, nos termos da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996, a qual será regida pelo regulamento da Câmara de Arbitragem Brasil – Canadá. A arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá, em conformidade com as regras vigentes à época.

Sem prejuízo, qualquer das partes poderá requerer medidas cautelares ou liminares em juízo, antes ou depois do início do processo de arbitragem, não sendo tal iniciativa incompatível ou entendida como renúncia à arbitragem. Para isso, as partes elegeram o foro da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As partes elegeram o foro da Comarca da Capital de São Paulo como único competente para dirimir quaisquer pleitos para eventual execução da sentença arbitral, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a sê-lo.

4.17. Regras de Tributação

O disposto neste item foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.17.1. Tributação Aplicável aos Cotistas

IOF/Títulos

As operações com as Cotas estão atualmente sujeitas à incidência do IOF/Títulos, à alíquota de 0% (zero por cento). Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Quando necessárias, as conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, decorrentes do investimento nas Cotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, as operações de câmbio realizadas por Cotistas residentes no exterior, e vinculadas às aplicações do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio às seguintes alíquotas: 2% (dois por cento) para as operações de câmbio relativas ao ingresso de recursos no país, contratadas a partir de 20 de outubro de 2009, e 0% (zero por cento), para as operações de câmbio relativas à remessa de recursos ao exterior. De todo modo, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas tomará por base (i) a residência dos Cotistas: (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Cotas; (b) o resgate de Cotas, nas hipóteses permitidas pelo Regulamento; e (c) a amortização de Cotas.

I. Cotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados, em regra, pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Cotistas Residentes no Exterior

Aos Cotistas residentes no exterior é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país que não tribute a renda, ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ("Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida").

II.a. Cotistas Não Residentes em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Para certas operações, este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Cotas ou cujas Cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus

de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos e rendimentos auferidos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b. Cotistas Residentes no Exterior em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida

Os Cotistas residentes no exterior em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a. acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil.

4.17.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira são isentos do Imposto de Renda.

4.18. Atendimento aos Cotistas

Aplicando no Fundo você receberá uma cópia do Regulamento e deste Prospecto. Leia-o com atenção. Para obter maiores esclarecimentos, contate nossa mesa de atendimento a clientes nos telefones abaixo identificados, que estará apta também a transmitir informações adicionais sobre este produto, assim como encaminhar críticas e sugestões.

Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

SP – Tel.: (11) 2107 6690

RJ – Tel.: (21) 2142-6700

5. DOS ATIVOS ALVO

DOS ATIVOS ALVO

5.1. Critérios de seleção dos Ativos Alvo

A seleção pela Administradora e a aprovação pelo Comitê de Investimentos dos Ativos Alvo e dos Outros Ativos que integrarão a Carteira do Fundo são de total e exclusiva responsabilidade da Administradora e do Comitê de Investimentos, respectivamente, não podendo o Custodiante e seus respectivos controladores, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum responder, em nenhuma hipótese, pela seleção e/ou pela boa ordem dos critérios de escolha desses ativos ou por qualquer perda, dano ou prejuízo incorridos pelos Cotistas decorrente da decisão tomada pela Administradora e pelo Comitê de Investimentos.

A Administradora, em conjunto com o Comitê de Investimentos, poderá livremente definir o grau de concentração da Carteira do Fundo com relação aos Ativos Alvo, nos termos do Regulamento.

Os Valores Mobiliários passíveis de comporem a Carteira do Fundo deverão ter sido selecionados pela Administradora e aprovados pelo Comitê de Investimentos de acordo com o procedimento estabelecido no Regulamento do Fundo.

O processo de seleção dos Ativos Alvo pela Administradora enfatizará os seguintes aspectos:

Retorno: potencial de retorno tendo em vista o risco inerente ao investimento.

Crescimento: perspectiva de crescimento do mercado e do Ativo Alvo, levando em conta posicionamento competitivo e vantagens comparativas sustentáveis no médio e longo prazo.

Gestão: capacidade, experiência, qualidade, motivação e idoneidade da equipe de gestão da empresa.

Tecnologia: componente tecnológico como diferencial competitivo.

Análise Financeira: modelagem e projeções financeiras, análise dos fluxos de caixa do projeto em cenários variados e detalhamento do plano de negócios.

Potencial de Sucesso: riscos de execução e potencial de cumprimento de metas.

Após a análise detalhada do Ativo Alvo, convencida da viabilidade do investimento, a Administradora submeterá o projeto à aprovação do Comitê de Investimentos.

6. DO PORTFOLIO DO FUNDO

DO PORTFÓLIO DO FUNDO

As informações contidas nesta seção foram obtidas e compiladas de fontes públicas (relatórios anuais, websites, jornais, entre outros) consideradas seguras pela Administradora. As companhias mencionadas nesta seção não foram objeto de auditoria legal ou financeira para os fins de elaboração deste Prospecto.

6.1. Rio Bravo Investimentos S.A.

Na data deste Prospecto, o principal investimento do Fundo consistia na Rio Bravo Investimentos S.A. ("Rio Bravo Investimentos"), além do investimento nos fundos administrados e/ou geridos pelo Grupo Rio Bravo.

6.1.1. Histórico

A Rio Bravo Investimentos é sociedade por ações de capital fechado constituída em 30 de setembro de 1997, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.176.289/0001-20, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 3º andar, que tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria e consultoria de qualquer natureza; a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades simples ou empresárias, bem como em empreendimentos comerciais; e a administração de ativos e de valores mobiliários próprios e/ou de terceiros..

6.1.2. Capital Social e Organograma Societário

Na data deste Prospecto, o capital social da Rio Bravo Investimentos totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de 1.170.058,86 (um milhão, cento e setenta mil, cinqüenta e oito reais e oitenta e seis centavos), dividido em 6.512.427 (seis milhões, quinhentas e doze mil, quatrocentas e vinte e sete) ações, sendo 3.477.085 (três milhões, quatrocentas e setenta e sete mil e oitenta e cinco) ações ordinárias e 3.035.342 (três milhões, trinta e cinco mil, trezentas e quarenta e duas) ações preferenciais, todas sem valor nominal, nominativas e sem emissão de certificados.

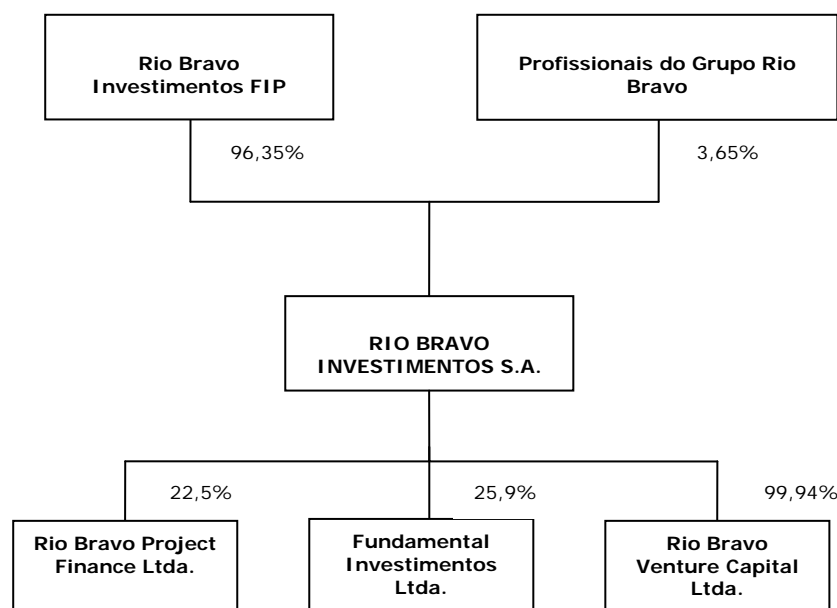
As ações preferenciais não terão direito a dividendos mínimos ou dividendos fixos, e terão como única preferência à prioridade no reembolso de seu valor patrimonial, à época e em caso de liquidação da Rio Bravo Investimentos, com prêmio de R\$ 0,01 (um centavo de real). As ações preferenciais, por não terem dividendos fixos ou mínimos, não adquirirão o exercício do direito de voto se a Rio Bravo Investimentos deixar de pagar dividendos, sendo inaplicável o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei das Sociedades por Ações.

Na data deste Prospecto, a Rio Bravo Investimentos era controlada pelo Fundo, que detinha 96,35% (noventa e seis vírgula trinta e cinco por cento) do capital social da Rio Bravo Investimentos, e possuía participação nas seguintes sociedades: Rio Bravo Project Finance Ltda., Fundamental Investimentos Ltda. e Rio Bravo Venture Partners Ltda.

O quadro abaixo apresenta a composição do capital social da Rio Bravo Investimentos na data deste Prospecto:

<i>Acionista</i>	Ações Ordinárias	Participação (%)
Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações	1.127.351,71	96,35
Profissionais do Grupo Rio Bravo	42.707,15	3,65
Total	1.170.058,86	100,00

A tabela a seguir apresenta o organograma societário no qual a Rio Bravo Investimentos estava inserida na data deste Prospecto:



6.1.3. Administração

Na data deste Prospecto, a Rio Bravo Investimentos era administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Conselho de Administração

Nos termos do Estatuto Social em vigor da Rio Bravo Investimentos, o Conselho de Administração da Rio Bravo Investimentos é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Na data deste Prospecto, o Conselho de Administração da Rio Bravo Investimentos era composto por 4 (quatro membros), Srs. Gustavo Henrique de Barroso Franco, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração; Paulo André Porto Bilyk, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração; Mário Fleck e Guilherme Affonso Ferreira, na qualidade de membros do Conselho de Administração.

As obrigações e competências do Conselho de Administração incluem, mas não se limitam àquelas previstas no Estatuto Social da Rio Bravo Investimentos e na legislação em vigor.

Diretoria

Nos termos do Estatuto Social em vigor da Rio Bravo Investimentos, a Diretoria da Rio Bravo Investimentos é composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no País, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Na data deste Prospecto, a Diretoria da Rio Bravo Investimentos era composta pelos Srs. Mario Fleck, na qualidade de Diretor Presidente; Paulo André Porto Bilyk; Luiz Eugenio Junqueira Figueiredo; Fábio Ohara Ishigami; Miguel Russo Neto; Martim Fass; Felipe Vaz Guimarães; Rafael Rodrigues; e Joaquim Kokudai, na qualidade de Diretores.

As obrigações e competências da Diretoria incluem, mas não se limitam àquelas previstas no Estatuto Social da Rio Bravo Investimentos e na legislação em vigor. Como regra geral, os membros da Diretoria da Rio Bravo Investimentos são responsáveis, dentre outras atribuições, pela execução das decisões do Conselho de Administração e pela administração direta da Rio Bravo Investimentos.

Conselho Fiscal

Nos termos do Estatuto Social em vigor da Rio Bravo Investimentos, a da Rio Bravo Investimentos terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral da Rio Bravo Investimentos para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal da Rio Bravo Investimentos tem por objetivo exercer as funções que lhe são atribuídas nos termos da legislação em vigor. Até a data deste Prospecto, o Conselho Fiscal da Rio Bravo Investimentos não havia sido instalado.

6.1.4. Negócios

Na data deste Prospecto, a Rio Bravo Investimentos era cotista da Rio Bravo Project Finance, da Fundamental Investimentos Ltda. e da Rio Bravo Venture Partners Ltda.

Rio Bravo Project Finance Ltda.

A Rio Bravo Project Finance Ltda. é uma sociedade limitada, constituída em 14 de julho de 2005. O objeto social da Rio Bravo Project Finance Ltda. é prestar assessoria empresarial de qualquer natureza. Na data deste Prospecto, o capital social da Rio Bravo Project Finance Ltda. é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) cotas, todas integralmente subscritas e integralizadas, das quais 2.250 (22,5%) são detidas pela Rio Bravo Investimentos.

Fundamental Investimentos Ltda.

A Fundamental Investimentos Ltda. é uma sociedade limitada, constituída em 08 de novembro de 2006. O objeto social da Fundamental Investimentos Ltda. é a administração de carteiras e títulos mobiliários no Brasil e no exterior, a gestão de bens e recursos próprios e a participação no capital social de outras empresas (*holding*). Na data deste Prospecto, o capital social da Fundamental Investimentos Ltda. é de R\$100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) cotas, das quais 25.987 (25,99%) são detidas pela Rio Bravo Investimentos.

Rio Bravo Venture Partners Ltda.

A Rio Bravo Venture Partners Ltda. é uma sociedade limitada, constituída em 30 de setembro de 1997. O objeto social da Rio Bravo Venture Partners Ltda. é a administração e gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários principalmente, mas não somente, vinculadas à capital de risco (*venture capital* e *private equity*) em empresas fechadas e abertas de baixa liquidez no mercado; a consultoria em investimentos no setor imobiliário; e a participação, como sócia ou cotista, em outras sociedades e/ou em empreendimentos comerciais. Na data deste Prospecto, o capital social da Rio Bravo Venture Partners Ltda. é de R\$39.448,80 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), dividido em 262.992 (duzentas e sessenta e duas mil, novecentas e noventa e duas) cotas, das quais 262.742 cotas são detidas pela Rio Bravo Investimentos.

6.1.5. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Rio Bravo Investimentos exigidas pela legislação societária brasileira foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e se encontram anexadas a este Prospecto.

7. ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO DO FUNDO EM VIGOR NA DATA DESTE PROSPECTO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO
DO RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM
PARTICIPAÇÕES**

RIO BRAVO INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 3º andar, Vila Olímpia, 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 72.600.026/0001-81 ("Administradora"), na qualidade de Instituição Administradora do RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 08.254.073/0001-11 ("Fundo"), vem, pela presente, expor o quanto segue:

1. No dia 19 de outubro de 2009 foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Cotistas do Fundo ("Assembléia"), na qual foram deliberadas certas alterações do Regulamento do Fundo ("Regulamento"), sendo a Administradora autorizada a promover tais alterações por meio de Instrumento Particular de Deliberação.
2. Nesse sentido, a Administradora, por meio do presente "Instrumento Particular de Deliberação", deliberará alterar o regulamento do Fundo de forma a refletir as deliberações aprovadas na Assembléia, consolidando o Regulamento do Fundo, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente.
3. Ainda, informa que, o Regulamento com as marcações e todas as alterações feitas encontra-se disponível em sua sede.

São Paulo, 09 de novembro de 2009.


**RIO BRAVO INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Instituição Administradora do
RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

5a. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROB. no. 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

Capítulo I – Do FUNDO

1.1 – O RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.254.073/0001-11, doravante designado **FUNDO**, regido pelo presente Regulamento e pela Instrução CVM Nº 391, de 16.07.03 (“Instrução CVM 391/03”) e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído sob forma de condomínio fechado com prazo de duração de 30 (trinta) anos, prorrogáveis, na forma do Art. 6º, inciso XIV da Instrução CVM 391/03, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, inclusive através de cotas de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes e Fundos de Investimentos em Ações (com políticas de investimento de longo prazo e que visem influenciar a administração das empresas investidas, principalmente os fundos administrados/geridos por empresas, direta ou indiretamente, controladas pelo Fundo, para que o fundo tenha influência relevante na administração do fundo investido (preferencialmente indicando um membro para o comitê de investimentos dos fundos investidos)), participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Capítulo II – Denominação do FUNDO

2.1 – RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Capítulo III – Administração e Prestação de Serviços

3.1 - O FUNDO é administrado pela **Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado de São Paulo na Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 3º andar, Vila Olímpia, 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.600.026/0001-81, fone (11) 2107-6655, doravante designada simplesmente **ADMINISTRADORA**.

3.1.1 – A atividade de gestão da carteira do **FUNDO** será exercida pela **ADMINISTRADORA**, qualificada no item 3.1 acima. O **FUNDO** contará com um comitê de investimentos (“Comitê de Investimentos”), que terá a responsabilidade de analisar e aprovar todos os investimentos e desinvestimentos a serem efetuados pelo mesmo e que será regido pelo disposto no Capítulo V.

3.1.2 – As atividades de custódia e registro de cotas do **FUNDO** serão exercidas pelo **BANCO BRADESCO S.A.**, sociedade regularmente credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus S/N, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001.12, doravante designada simplesmente **CUSTODIANTE**.

3.1.3 – A atividade de auditoria independente do **FUNDO** será exercida pela **BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, 952, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.803.244/0001.06.

3.2 – A ADMINISTRADORA tem poderes para exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**, inclusive o direito de ação e o de comparecer em assembléias gerais das companhias em cujos títulos ou valores mobiliários forem integrantes da carteira do **FUNDO**, observadas as disposições deste Regulamento e da legislação pertinente.

3.3 – A perda da condição de **ADMINISTRADORA** do **FUNDO** se dará em qualquer das seguintes hipóteses:



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

- a) renúncia da **ADMINISTRADORA**, mediante aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, endereçado a cada cotista e à CVM;
- b) destituição por deliberação da assembléia geral de cotistas regularmente convocada e instalada nos termos deste Regulamento, na qual deverá também ser eleito o substituto;
- c) descredenciamento pela CVM, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de administrador de carteira.

3.3.1 – Nos casos de renúncia ou destituição, a **ADMINISTRADORA** deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

3.3.2 – Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento pela CVM, ficará a **ADMINISTRADORA** obrigada a convocar, imediatamente, a assembléia geral de cotistas para eleger o seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das cotas emitidas, em qualquer caso, ou à CVM, no caso de descredenciamento, a convocação da referida assembléia geral.

3.4 – Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

- I. manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do **FUNDO**:

- a) os registros de cotistas e de transferências de cotas;
- b) o livro de atas das assembléias gerais de cotistas;
- c) o livro de presença de cotistas;
- d) o arquivo dos pareceres dos auditores;
- e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo **FUNDO** e seu patrimônio; e
- f) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;

5o. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. ROB. no. 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

- II. contratar instituições legalmente habilitadas para execução dos serviços de distribuição pública das cotas do **FUNDO** e, ainda, para prestação de serviços de tesouraria, tais como:

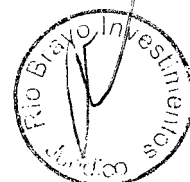
- a) abertura e movimentação de contas bancárias, em nome do **FUNDO**;
- b) recebimento de recursos quando da emissão ou integralização de cotas, e pagamento quando da amortização ou do resgate, pelo **FUNDO**, de cotas ou quando da liquidação do **FUNDO**;
- c) recebimento de dividendos e quaisquer outros rendimentos; e
- d) liquidação de todas as operações do **FUNDO**;

- III. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do **FUNDO**;

- IV. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 391/03;

- V. elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do **FUNDO**, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM nº 391/03 e deste Regulamento;

- VI. fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas pelo **FUNDO**, assim requererem, estudos e análises de investimento preparados pela **ADMINISTRADORA** que fundamentem as decisões tomadas em assembléia geral, incluindo os registros



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões tomadas;

- VII. se houver, fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas pelo **FUNDO**, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pela **ADMINISTRADORA**, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VIII. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I acima até o término do mesmo.
- IX. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do **FUNDO**;
- X. transferir ao **FUNDO** qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de **ADMINISTRADORA** do **FUNDO**;
- XI. manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do **FUNDO** custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- XII. elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e demais informações do **FUNDO**, na forma prevista no Capítulo XII deste Regulamento;
- XIII. firmar, em nome do **FUNDO**, acordos de acionistas ou quaisquer outros ajustes de natureza de diversa das companhias de que o **FUNDO** participe;
- XIV. cumprir as deliberações da assembléia geral de cotistas; e
- XV. cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.

So. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICRO-OB. no. 01285447
SAO PAULO: 11/11/2009

3.5 – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste e do item anterior, a **ADMINISTRADORA** poderá submeter a questão à prévia apreciação da assembléia geral de cotistas, tendo em conta os interesses do **FUNDO** e dos demais cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às companhias nas quais o **FUNDO** tenha investido ou tenha deixado de investir após deliberação da assembléia geral, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os cotistas que requererem tais informações.

3.6 – As instituições contratadas para os serviços previstos no inciso II do item 3.4 acima responderão pelos prejuízos que causarem aos cotistas, quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM, e deste Regulamento.

Capítulo IV – Do Objetivo e Política de Investimentos

4.1 – O objetivo do **FUNDO** é proporcionar ganhos de capital aos seus cotistas, a longo prazo, investindo em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias promissoras, abertas ou fechadas, do mercado acionário brasileiro, inclusive através de cotas de Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Empresas Emergentes e Fundos de Investimentos em Ações (com políticas de investimento de longo prazo e que visem influenciar a administração das empresas investidas, principalmente os fundos administrados/geridos por empresas, direta ou indiretamente, controladas pelo Fundo, para que o fundo tenha influência relevante na administração do fundo investido (preferencialmente indicando um membro para o comitê de investimentos dos fundos investidos)), visando alcançar retornos consistentes e acima do mercado, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão (os “Ativos Alvo”). O conhecimento das atividades da empresa e o acompanhamento da



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

capacidade de seus executivos em materializar o máximo de retorno sobre o investimento do acionista, farão parte da estratégia de gestão do **FUNDO** para avaliar e monitorar as oportunidades de investimento e os investimentos realizados.

4.1.1 O **FUNDO** poderá ter até **100%** (cem por cento) de sua carteira representada por ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários, incluindo as cotas dos fundos mencionados no item 4.1, conversíveis ou permutáveis em ações, emitidos por um único Ativo Alvo, podendo deter até 100% (cem por cento) do capital dos Ativos Alvo.

4.2 – A participação do **FUNDO** no processo decisório da companhia investida pode ocorrer:

I – pela indicação de membros ao Conselho de Administração das companhias em que investir;

II – pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;

III – pela celebração de acordo de acionistas; ou

IV – pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao **FUNDO** efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

5o. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. SUB. no. 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

4.3 – As companhias fechadas, em cujas ações, títulos ou valores mobiliários o **FUNDO** vier a investir, deverão seguir as seguintes práticas de governança:

I – proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;

II – estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;

III – disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;

IV – adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;

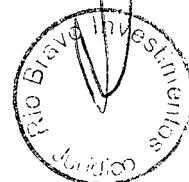
V – no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o **FUNDO**, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e

VI – auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

4.3.1 – Para se tornar um Ativo Alvo do **FUNDO**, uma companhia aberta, deverá prever em seus estatutos, o atendimento aos níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos I a IV do item 4.3 acima.

4.4 – A carteira do **FUNDO** poderá estar representada, em até 100% (cem por cento) de sua composição, por ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações emitidas pelas companhias investidas, nos termos do item 4.1 acima.

4.4.1 – Até 33% (trinta e três por cento) do total de ativos do **FUNDO** poderá ser aplicado em outros ativos que não os Ativos Alvo, entendidos como tais quaisquer ativos financeiros, valores mobiliários e cotas de fundos de investimento devidamente regulamentados pelas instruções expedidas pela CVM, nos termos da legislação vigente. Este percentual somente poderá ser excedido em decorrência do recebimento pelo **FUNDO** de bens e direitos quando da alienação de Ativos Alvo.



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

3o. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

4.4.2 – O FUNDO não deverá, em nenhum momento, possuir mais de 5% (cinco por cento) de seu patrimônio composto por instrumentos de dívida (outros que debêntures conversíveis, warrants e títulos do tesouro nacional).

4.4.3 – Todo cotista, ao ingressar no **FUNDO**, deve atestar, por meio de termo de adesão, que recebeu o regulamento, que tomou ciência da política de investimento, da possibilidade de ocorrência de patrimônio negativo e de sua responsabilidade por aportes adicionais de recursos.

4.4.4 – Poderá haver conflito de interesses com relação aos Ativos Alvo a serem investidos pelo fundo, ficando desde já autorizada, sem qualquer restrição, a aplicação de recursos do **FUNDO** em títulos e valores mobiliários de companhias nas quais participem:

I – os cotistas do **FUNDO**, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente, ou em conjunto;

II – a **ADMINISTRADORA** do **FUNDO**, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente, ou em conjunto;

III – quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal das companhias pertencentes aos Ativos Alvo.

4.4.4.1 – A **Administradora** do **Fundo** deverá informar o Comitê de Investimentos a respeito de todas as aplicações de recursos do **Fundo** nas companhias mencionadas no item 4.4.3 acima, sendo que competirá ao Comitê de Investimentos deliberar sobre a realização de novos investimentos ou desinvestimentos, inclusive na hipótese de conflitos de interesse mencionada no item 4.4.3, acima, conforme disposto no Capítulo V abaixo.

4.5 – O principal fator de risco da carteira do **FUNDO** será a variação de preços de ações e títulos e valores mobiliários admitidos ou não à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado. Ainda, quanto às possibilidades de risco inerentes aos ativos que comporão a carteira do **FUNDO**, devem ser observados os seguintes fatores:

I. As aplicações do **FUNDO** nas companhias investidas caracterizam operações cujo risco se concentra nas condições da demanda do mercado em que operam;

II. As aplicações do **FUNDO** nos ativos previstos no item 4.1 deste Regulamento poderão incorrer em diferentes espécies de risco, sendo os principais fatores os seguintes:

a) Risco de Mercado

O valor dos ativos que integram ou que vierem a integrar a carteira do **FUNDO** podem aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados das companhias cujos valores mobiliários por elas emitidos compõem a carteira, sendo que em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira, o patrimônio líquido do **FUNDO** pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira podem ser temporárias, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados ou que não sejam definitivas.

b) Risco de Crédito

Consiste no risco dos emissores de valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo **FUNDO** não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o **FUNDO**.

c) Risco de Liquidez

10

5

Rio Bravo Investimentos

RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

O volume inicial de aplicações no **FUNDO** e a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações envolvendo cotas de fundos fechados fazem prever que as cotas do **FUNDO** não apresentarão liquidez satisfatória.

4.6 – Em função das características do **FUNDO**, eventuais alterações nas taxas de juros, além das oscilações normais ocorridas em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, podem ocasionar valorizações ou desvalorizações de suas cotas. Em decorrência, poderá ocorrer perda de capital investido.

4.7 – A rentabilidade obtida no passado não é garantia de rentabilidade do futuro.

4.8 – As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA** ou de qualquer instituição pertencente ao mesmo conglomerado da **ADMINISTRADORA** ou com qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4.9 – É vedado ao **FUNDO** a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do **FUNDO** ou no qual haja direito de conversão.

4.10 – O período de investimento do **FUNDO** (o “Período de Investimento”) será de 20 (vinte) anos a contar da data da primeira subscrição e integralização de cotas do **FUNDO**, não podendo ocorrer novos investimentos após este período.

4.10.1 – Excetuam-se ao disposto no caput deste item os investimentos para novos aportes de companhias já integrantes da carteira do **FUNDO**, os quais poderão ser efetuados até 02 (dois) anos após o término do Período de Investimento.

4.11 – Nos 10 (dez) anos seguintes ao Período de Investimento (o “Período de Desinvestimento”), os investimentos deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será obrigatoriamente utilizado para amortização das cotas do **FUNDO**. O Período de Desinvestimento poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, nos termos do Capítulo VIII deste Regulamento.

Capítulo V – Comitê de Investimentos

So. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. SUP. no. 01285447
SAO PAULO 11/11/2009

5.1 – O **FUNDO** terá um Comitê de Investimentos, composto de 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, pessoas físicas e/ou jurídicas, que terá a função de analisar e aprovar todas as decisões da **ADMINISTRADORA** com relação aos investimentos e desinvestimentos, diretos ou indiretos, efetuados pelo **FUNDO**, bem como todas as decisões da **ADMINISTRADORA** relativas aos ativos do **FUNDO** que possam afetar o valor dos mesmos.

5.2 – Os membros do Comitê de Investimentos serão eleitos anualmente pela assembléia geral ordinária dos cotistas, para mandatos de 1 (um) ano, e poderão ser reeleitos.

5.2.1 – Caso qualquer dos membros efetivos ou suplentes do Comitê de Investimentos deixe de integrá-lo, por qualquer motivo, a **ADMINISTRADORA** convocará imediatamente uma assembléia de cotistas para eleger um membro substituto.

5.3 – As seguintes matérias serão necessariamente submetidas pela **ADMINISTRADORA**, para prévia aprovação do Comitê de Investimentos e dos investidores titulares da Classe B de cotas, com cópia de toda a documentação relevante, incluindo o plano de negócios e estratégias referentes a cada investimento e de justificativa da operação:

I – Qualquer investimento a ser feito direta ou indiretamente pelo **FUNDO**;

II – Qualquer desinvestimento total ou parcial a ser feito direta ou indiretamente pelo **FUNDO**;

RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

III- Todas e quaisquer reorganizações societárias referentes a qualquer dos ativos detidos direta ou indiretamente pelo FUNDO (incluindo, sem limitação, a incorporação, fusão ou cisão da Rio Bravo Investimentos S.A.).

IV – Todos os contratos e negócios entre, de um lado (i) qualquer dos ativos detidos pelo **FUNDO** e, de outro (ii) qualquer sociedade ou entidade controlada por (a) qualquer cotista direto ou indireto do **FUNDO**; ou (b) qualquer membro dos órgãos de administração de uma sociedade ou entidade controlada direta ou indiretamente por qualquer cotista direto ou indireto do **FUNDO**.

5.4 – Os membros do Comitê de Investimentos receberão cópias de todas as atas de assembleias gerais, de reuniões de cotistas, e de reuniões do conselho de administração de todas as sociedades e outros veículos de investimentos detidos direta ou indiretamente pelo **FUNDO**.

5.5 – As reuniões do Comitê de Investimentos serão realizadas somente com a presença de todos os seus integrantes, sendo que, na ausência de um integrante, seu suplente poderá substituí-lo e todas as suas deliberações serão tomadas pela unanimidade de votos dos seus membros.

Capítulo VI - Do Público Alvo

6.1 – O **FUNDO** é destinado a receber exclusivamente aplicações de investidores qualificados, de acordo com o artigo 5º da Instrução CVM 391/03, tendo como restrição a subscrição e aplicação mínima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como a permanência mínima residual do mesmo valor.

Capítulo VII – Da Taxa de Administração

7.1 – Taxa de Administração: Pela prestação de serviços de administração e gestão, a **ADMINISTRADORA** será remunerada por meio de uma taxa de administração correspondente a **0,2 % a.a.** (zero vírgula dois por cento ao ano) sobre o valor do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, a qual será apropriada por dia útil como despesa do **FUNDO** e paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil, por período vencido.

7.2 – Taxa de Ingresso e de Saída: Não há.

7.3 - Taxa de Performance: Não há.

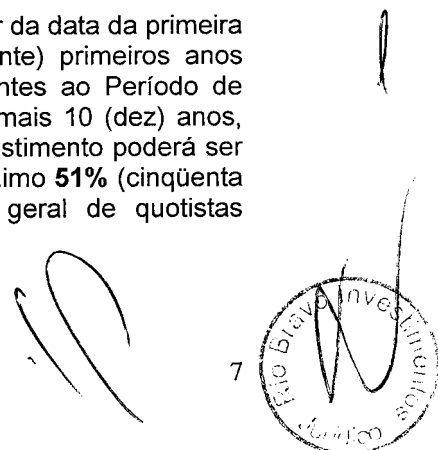
7.4 – Na hipótese da **ADMINISTRADORA** deixar de administrar o **FUNDO**, por descredenciamento da CVM ou por destituição deliberada pelos quotistas em assembleia geral regularmente convocada e instalada, a **ADMINISTRADORA** fará jus a receber a Taxa de Administração, a ser paga *pro rata temporis*, observado o período de exercício efetivo das funções da **ADMINISTRADORA** e o prazo de duração do **FUNDO**. O pagamento da Taxa de Administração devida à **ADMINISTRADORA**, substituída nos termos deste item, será paga em dinheiro, à época do pagamento.

So. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. SUP. no. 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

Capítulo VIII – Do Prazo de Duração e Liquidação

8.1 – O **FUNDO** terá prazo de duração de 30 (trinta) anos, contados a partir da data da primeira subscrição e integralização de cotas do **FUNDO**, sendo que os 20 (vinte) primeiros anos corresponderão ao Período de Investimento, e os 10 (dez) anos seguintes ao Período de Desinvestimento. O Período de Investimento poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, observado o disposto no item 9.6.8 infra, bem como o Período de Desinvestimento poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, ambos mediante aprovação de no mínimo **51%** (cinquenta e um por cento) das cotas emitidas pelo **FUNDO**, em assembleia geral de quotistas especialmente convocada para esse fim.

7



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

8.1.1 – Ao final de seu prazo de duração ou de sua prorrogação, o **FUNDO** entrará em liquidação, nos termos da legislação aplicável.

8.1.2 – Em complementação ao acima estipulado, a liquidação dos ativos do **FUNDO** será feita de acordo com as respectivas características e com o mercado em que sejam negociados, devendo a **ADMINISTRADORA** iniciar a divisão do Patrimônio Líquido do **FUNDO** entre os cotistas, observadas as suas participações percentuais no **FUNDO**.

8.1.3 - A liquidação do **FUNDO** será feita de uma das formas a seguir:

I – venda através de transações privadas dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do **FUNDO** que não sejam negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado;

II - venda em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado;

III - entrega dos títulos e valores mobiliários que compõem os Ativos Alvo do **FUNDO**.

5a. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. S.B. no. 01285447
SÃO PAULO, 11/11/2009

8.1.4 – Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis ao **FUNDO**.

Capítulo IX – Da Emissão, Colocação das Cotas e do Patrimônio Total

9.1 – As cotas do **FUNDO** correspondem a frações ideais de seu patrimônio, sendo nominativas e escriturais em nome de seu titular.

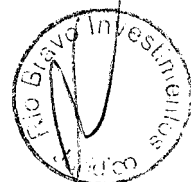
9.1.1 – As cotas do **FUNDO** serão divididas em cotas Classe A e cotas Classe B, que darão aos seus titulares idênticos direitos econômicos e patrimoniais. As cotas Classe B terão direitos políticos diferenciados, como descrito a seguir neste Regulamento. Cada cota Classe B será livremente conversível, a qualquer tempo, em uma cota Classe A, devendo seus titulares, quando da realização da conversão, informar a **ADMINISTRADORA** com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, para que esta tome as devidas providências. As cotas Classe A não serão conversíveis.

9.1.2 – A propriedade das cotas nominativas presumir-se-á pela conta de depósito das cotas, aberta em nome do cotista e o extrato das contas de depósito representará o número inteiro ou fracionário de cotas pertencentes aos cotistas.

9.1.3 – As cotas do **FUNDO** objeto de distribuição pública, ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou mercado de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das cotas.

9.2 – O **FUNDO** somente poderá emitir novas cotas por deliberação da assembleia geral de cotistas, e desde que respeitadas as disposições previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, inclusive o disposto no item 9.4 abaixo.

9.2.1 – O valor unitário das novas cotas e o seu respectivo preço de emissão deverão ser fixados de forma a não acarretar diluição injustificada da participação dos antigos cotistas do **FUNDO**, ainda que tenham direito de preferência para subscrever as novas cotas, tendo em vista: (i) o valor do patrimônio líquido apurado em balancete no último dia do mês anterior ao da emissão em questão; ou (ii) as perspectivas de todas as empresas e fundos cujos valores mobiliários integrem a carteira do **FUNDO** e no estado dos negócios por elas explorados; sendo que, em ambos os casos o valor apurado deverá ser entregue aos cotistas na assembleia geral que deliberar sobre a emissão ou, conforme o caso, juntamente com o respectivo processo de consulta que, para tanto, lhes for dirigida pela **ADMINISTRADORA**, conforme respectivamente previsto no inciso V do item 10.1 e no item 10.9 deste Regulamento.



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

9.2.2 - Na proporção do número e classe de cotas que possuírem, os cotistas terão preferência para a subscrição de novas cotas, desde que o exerçam dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do anúncio de emissão de novas cotas em jornal de grande circulação ou do recebimento de correspondência a esse respeito que lhe tenha sido enviada pela **ADMINISTRADORA**. Para os efeitos do exercício da preferência, as cotas possuídas pelos cotistas serão aquelas que estiverem registradas 10 (dez) dias antes da publicação ou do envio da correspondência.

9.2.3 - A integralização das cotas do **FUNDO** deverá ocorrer no mesmo dia da subscrição, (i) através de depósito bancário em conta definida pela **ADMINISTRADORA**; (ii) através de Mercado Balcão Organizado; e (iii) em Bolsa de Valores, ou ainda quando da chamada de capital pela **ADMINISTRADORA**, podendo ser feita em moeda corrente nacional ou em ativos e/ou valores mobiliários objeto da política de investimentos do **FUNDO**, desde que previamente aprovados em assembléia geral de cotistas.

9.2.4 - As chamadas serão formalizadas por carta, fac-símile ou correio eletrônico (e-mail) enviado aos quotistas pela **ADMINISTRADORA**, e, nesse caso, o prazo para integralização, a ser definido pela **ADMINISTRADORA**, não será inferior a 10 (dez) dias, contados do recebimento da solicitação da chamada.

9.2.5 - Nos casos de inadimplemento pelo cotista na integralização das cotas do **FUNDO**, aplicar-se-ão ao cotista em mora ou remisso os dispositivos contidos nos artigos 106 e 107 da Lei nº 6.404, de 15/12/76 e demais disposições legais em vigor, sendo que sobre o valor inadimplido pelo quotista, incidirá a atualização de acordo com a variação "*pro rata die*" do IGPM/FGV, acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

9.2.6 - Todas as emissões de novas cotas serão efetuadas de modo que seja mantida a proporção então existente entre as Cotas Classe A e as Cotas Classe B, quando da deliberação da emissão.

9.3 - Não haverá resgate de cotas.

9.4 - Novas emissões de cotas dependerão de prévio registro na CVM.

So. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. SCS. no. 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

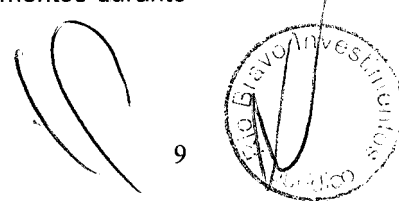
9.4.1 - O investimento será efetivado mediante a assinatura do "boletim de subscrição", nos termos do Parágrafo 5º do Artigo 2º da CVM nº 391/03 do qual deverá constar: (i) nome e qualificação do cotista; (ii) número e classe de cotas subscritas; e (iii) preço de subscrição, valor total a ser integralizado pelo subscritor e respectivo prazo, pelo qual o investidor ficará obrigado a integralizar o valor do capital comprometido à medida em que a **ADMINISTRADORA** realizar as chamadas de capital, de acordo com os itens 9.2.3 e 9.2.4 supra.

9.5 - As importâncias recebidas dos cotistas pela integralização de cotas deverão ser depositadas em banco comercial, em conta-corrente aberta em nome do **FUNDO**, a ser informada ao investidor pela **ADMINISTRADORA**, na data da respectiva integralização de cotas, sendo obrigatória a sua imediata aplicação em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou ainda na aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo referidas no item 4.1.

9.6 - Na liquidação total ou parcial dos investimentos, em qualquer momento durante a existência do **FUNDO**, nas companhias investidas ou outros ativos que integram a carteira do **FUNDO**, o produto oriundo de tal liquidação, será utilizado para amortização das cotas do **FUNDO**, observadas as demais disposições deste Capítulo.

9.6.1 - Independentemente do disposto acima, a **ADMINISTRADORA** poderá submeter à deliberação dos detentores de Cotas Classe B a decisão sobre a utilização em novos investimentos dos recursos obtidos com a liquidação total ou parcial dos investimentos durante o Período de Investimento.

9



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

9.6.2 – Na hipótese da venda da participação, total ou parcial, ocorrer durante o Período de Desinvestimento, os recursos obtidos serão obrigatoriamente destinados à amortização de cotas.

9.6.3 – Dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas companhias investidas integrantes da carteira do **FUNDO**, assim como quaisquer outros valores por este recebidos em decorrência de seus investimentos nas referidas companhias, deverão igualmente ser destinados à amortização de cotas, observando-se que os valores serão repassados diretamente aos quotistas, na forma do item 9.6.4.

9.6.4 – Os valores oriundos das companhias investidas, a título de dividendos ou juros sobre capital próprio, poderão ser repassados diretamente aos cotistas, caso a **ADMINISTRADORA** decida por não reter ou reinvestir os recursos na forma dos itens anteriores.

9.6.5 – Para efeitos de amortização de cotas, será considerado o valor da cota vigente na data de amortização, deduzido de eventuais despesas, tributos, taxas conforme estabelecido por este Regulamento.

9.6.6 – As amortizações de cotas deverão ser feitas através (i) de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente do cotista; (ii) no Mercado de Balcão Organizado; (iii) Bolsa de Valores, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a efetiva entrada de recursos no **FUNDO**. Os pagamentos serão realizados segundo as regras estabelecidas por cada Câmara.

9.6.7 – Nos termos da legislação aplicável, será admitido, desde que obedecidos os critérios estabelecidos no item 9.6.5 acima e previamente aprovado na assembleia geral de cotistas, o pagamento de amortizações ou da liquidação do **FUNDO** com ativos e/ou valores mobiliários.

9.6.8. – Caso decorrido o Período de Investimento, o **FUNDO** não tenha efetuado os investimentos nas Companhias Alvo, a Assembleia Geral de cotistas especialmente convocada para este fim irá deliberar pela prorrogação do Período de Investimento ou pela liquidação do **FUNDO**, com a devolução das importâncias recebidas dos cotistas pela integralização de cotas, acompanhada dos rendimentos obtidos em razão da aplicação das referidas importâncias em títulos de renda fixa, públicos ou privados, nos termos do item 9.5 supra.

9.7. – O **FUNDO** foi constituído mediante a 1ª Emissão Cotas, de uma única classe, no valor de até **R\$ 150.000.000,00** (cento e cinquenta milhões de reais), representada por 15.000 (quinze mil) cotas, com valor unitário de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), sendo que foram subscritas 2.093 (duas mil e noventa e três) cotas, tendo sido as demais canceladas. O valor de aplicação inicial mínimo é de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais), observando-se que o Fundo iniciou suas atividades mediante a subscrição pelos quotistas de 2.093 (duas mil e noventa e três) cotas do **FUNDO**, como mencionado acima, equivalente a **R\$ 20.930.000,00** (vinte milhões, novecentos e trinta mil reais) (o "Patrimônio Inicial").

9.7.1 – A segunda emissão de cotas do **FUNDO** foi no valor de até **R\$ 137.213.751,60** (cento e trinta e sete milhões, duzentos e treze mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos), totalizando 6.712 (seis mil, setecentas e doze) cotas, sendo (i) **R\$ 77.213.399,85** (setenta e sete milhões, duzentos e treze mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), equivalentes a 3.777 (três mil, setecentas e setenta e sete) cotas de Classe A; e (ii) **R\$ 60.000.351,75** (sessenta milhões, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos), equivalentes a 2.935 (duas mil, novecentas e trinta e cinco) cotas de Classe B, ambas de valor unitário de **R\$ 20.443,05** (vinte mil, quatrocentos e quarenta e três reais e cinco centavos). Durante a 2ª emissão, 832 (oitocentas e trinta e duas) cotas Classe A e 1.882 (mil oitocentas e oitenta e duas) cotas Classe B foram subscritas. Tendo em vista a aprovação do desdobramento das cotas do Fundo nos termos da Assembleia Geral de Quotistas realizada em 19/10/2009, o número total de cotas Classe A subscritas durante a segunda emissão equivale a 8.320 (oito mil, trezentas e vinte) e cotas Classe B equivale a 18.820 (dezoito mil oitocentas e vinte). O número total de cotas subscritas do Fundo (primeira e segunda emissão) é de 48.070 (quarenta e oito mil e setenta).



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

9.7.2 – A terceira emissão de cotas do **FUNDO** será no valor de até R\$ 17.884.557,99 (dezesete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos) (valor unitário da cota é de R\$ 1.243,5376 (mil, duzentos e quarenta e três reais vírgula cinco três sete seis)) e deverão ser emitidas até 14.382 (quatorze mil, trezentas e oitenta e duas) cotas Classe A.

9.8. – A distribuição das cotas do **FUNDO** dar-se-á por meio da **ADMINISTRADORA** e iniciará após a data do protocolo dos documentos de constituição do **FUNDO** junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

9.8.1 – O prazo da 1ª e 2ª distribuição foi de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data do protocolo dos documentos de constituição do **FUNDO** junto a CVM ou da concessão do registro da distribuição pela CVM, e o investimento será efetuado pelos cotistas na forma do item 9.4.1 acima.

Capítulo X – Da Assembléia Geral

5a. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. S.B. no. 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

10.1 - Compete privativamente à Assembléia Geral de cotistas:

I – tomar, anualmente, as contas relativas ao **FUNDO** e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo administrador;

II – alterar o regulamento do **FUNDO**;

III – deliberar sobre a destituição ou substituição do administrador e escolha de seu substituto;

IV – deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do **FUNDO**;

V – deliberar sobre a emissão e distribuição de novas cotas;

VI – deliberar sobre o aumento na taxa de remuneração da **ADMINISTRADORA**, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do **FUNDO**;

VII – deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do **FUNDO**, bem como sobre a prorrogação do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento, nos termos do item 9.6.8 acima;

VIII – deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da assembléia geral;

IX – deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento dos comitês e conselhos do fundo;



X – deliberar, nos termos do item 9.6.7 sobre o pagamento de amortizações ou da liquidação do **FUNDO** com valores mobiliários, na forma do item 8.1.3;

XI – deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de cotistas, observado o disposto no parágrafo único do item 3.4 acima; e

XII – deliberar, quando for o caso, sobre a integralização de cotas do **FUNDO** em ativos e/ou valores mobiliários, bem como sobre o valor atribuído aos mesmos; e

XIII – deliberar sobre a destituição e contratação dos auditores do **FUNDO**.

10.2 – O regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado independentemente de assembléia geral ou de consulta aos cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

10.3 – A convocação da Assembléia Geral deve ser feita por correspondência encaminhada a cada cotista do **FUNDO**, com antecedência de, no mínimo, 15 dias de sua realização.

10.3.1 – Independentemente das formalidades de convocação de cotistas previstas neste item, será considerada regular a assembléia geral a que comparecerem todos os cotistas.

10.3.2 – A assembléia geral poderá ser convocada pela **ADMINISTRADORA** ou por cotistas, através da **ADMINISTRADORA**, que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas pelo **FUNDO**.

10.4 – Da convocação devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da assembléia.

10.5 – Somente poderão votar na assembléia geral os cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem inscritos no livro "Registro dos Cotistas" ou na conta de depósito, conforme for o caso.

10.6 – Terão qualidade para comparecer à assembléia geral, ou para votar no processo de deliberação por consulta, os cotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

10.6.1 – Os cotistas também poderão votar através de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela **ADMINISTRADORA** antes da assembléia geral, observado o disposto neste Regulamento.

10.7 – Será atribuído a cada cota o direito a um voto na assembléia geral de cotistas.

10.8 – Na assembléia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos 2 (dois) cotistas, as deliberações serão tomadas pelo critério da maioria de cotas dos presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvadas as disposições do item 10.8.1.

10.8.1 – As matérias previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XII e XIII do item 10.1 serão deliberadas e tomadas pela maioria das cotas emitidas pelo **FUNDO**, desde que também tenham a aprovação da maioria das cotas Classe B emitidas pelo **FUNDO**.

10.8.2 – As seguintes matérias serão submetidas à aprovação da maioria das cotas Classe B, em assembléia especial:

I – a alteração de qualquer contrato existente entre (i) o **FUNDO** ou qualquer sociedade ou veículo de investimento controlado direta ou indiretamente pelo **FUNDO** e (ii) qualquer sociedade ou veículo de investimento direta ou indiretamente controlado pela (RIO BRAVO) ou seus acionistas controladores; e

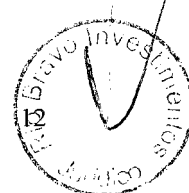
II – a aprovação da retenção para reinvestimento de quaisquer dividendos ou outros pagamentos recebidos pelo **FUNDO** ou de quaisquer recursos decorrentes de desinvestimentos feitos pelo **FUNDO** durante o Período de Investimento.

10.9 – As deliberações da assembléia geral de cotistas poderão ser tomadas mediante processo de consulta formalizada por escrito dirigido pela **ADMINISTRADORA** a cada cotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

10.9.1 – A resposta pelos cotistas à consulta deverá se dar dentro do prazo de 15 (quinze) dias e a ausência de resposta neste prazo será considerada como anuência por parte dos cotistas, entendendo-se por estes aprovada a deliberação, desde que tal interpretação conste da consulta.

10.10 – As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta dias) de sua realização.

50. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. 209. MO. 01285447
SÃO PAULO, 11/11/2009



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

So. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MIRAFLORES SOB. no. 01285447
SÃO PAULO, 11/11/2009

Capítulo XI – Dos Encargos do Fundo

11.1 - Constituição encargos do **FUNDO**, além da remuneração da **ADMINISTRADORA** disposta no Capítulo VII deste Regulamento, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas diretamente:

I – emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**;

II – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

III – despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

IV – despesas com correspondência do interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;

V – honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do **FUNDO**;

VI – honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao **FUNDO**, se for o caso;

VII – parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência da **ADMINISTRADORA** no exercício de suas funções;

VIII – prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do **FUNDO** entre bancos;

IX – quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do fundo, novas emissões de cotas e à realização de assembléia geral de cotistas, dentro de limites estabelecidos no regulamento, os quais poderão ser alterados por assembléia;

X – taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**; e

XI – despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

11.2 – Quaisquer despesas não previstas como encargos do **FUNDO** correrão por conta da **ADMINISTRADORA**, salvo decisão contrária da assembléia geral.

11.3 – A **ADMINISTRADORA** poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pela **ADMINISTRADORA**, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração ou de performance, se for o caso, fixada neste Regulamento.

Capítulo XII – Da Política de Distribuição de Resultados

12.1 – Os dividendos, juros sobre capital próprio e demais rendimentos recebidos pelo **FUNDO** das empresas investidas, serão tratados de acordo com o estabelecido no item 9.6.4 deste Regulamento.

Capítulo XIII – Das Informações

13.1 – No ato da subscrição de cotas, o cotista receberá da **ADMINISTRADORA**, obrigatória e gratuitamente, contra recibo: (a) exemplar deste Regulamento; (b) Termo de Adesão ao



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

Regulamento; (c) breve descrição da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico da **ADMINISTRADORA**, nas funções de gestão e administração; e (d) documento no qual constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o cotista tenha de arcar.

13.2 – A ADMINISTRADORA é obrigada a divulgar a todos os cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao **FUNDO**.

13.2.1 – Entre as informações referidas acima, não se incluirão informações sigilosas referentes às companhias emissoras de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**, obtidas pela **ADMINISTRADORA** sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos das companhias emissoras.

13.3 – A ADMINISTRADORA deverá enviar à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, e também aos cotistas, as seguintes informações:

I – trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- a. valor do patrimônio líquido do fundo; e
- b. número de cotas emitidas.

So. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. So. no. 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

II – semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- a. a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- b. demonstrações financeiras do **FUNDO** acompanhadas da declaração a que se refere o inciso V do item 3.4 do Capítulo III deste Regulamento;
- c. os encargos debitados ao **FUNDO**, em conformidade com o disposto no Capítulo X deste Regulamento, devendo ser especificado seu valor; e
- d. relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira.

III – anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

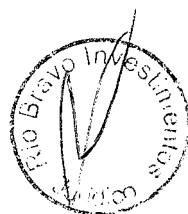
- a. as demonstrações contábeis do **FUNDO** do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- b. o valor patrimonial da cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- c. os encargos debitados ao **FUNDO**, conforme disposto no Capítulo XI, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do **FUNDO**.

13.4. A ADMINISTRADORA deverá enviar simultaneamente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao **FUNDO** divulgadas para cotistas ou terceiros.

Capítulo XIV - Das Demonstrações Contábeis

14.1 - O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do fundo serem segregadas das da **ADMINISTRADORA**, bem como do **CUSTODIANTE**.

14.2 – O exercício do **FUNDO** deve ser encerrado a cada 12 (doze) meses, quando serão levantadas as demonstrações contábeis do **FUNDO** relativas ao período findo. As



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

demonstrações contábeis do **FUNDO** deverão ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício dessa atividade.

14.2.1 - As demonstrações contábeis do **FUNDO** serão colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar à **ADMINISTRADORA**, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

14.2.2 - O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º (primeiro) de janeiro de cada ano e término em 31 (trinta e um) de dezembro.

50. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. 512. no. 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

Capítulo XV - Do Patrimônio Líquido e do Provisionamento

15.1 - Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

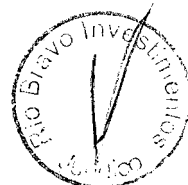
15.2 - A avaliação das cotas do **FUNDO** será feita ordinariamente ao fim de cada mês, utilizando-se, na avaliação dos valores mobiliários integrantes da carteira, os seguintes critérios e metodologias:

- I. as ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição das respectivas Empresas Investidas ou, conforme o caso: **(a)** pelo preço de emissão adotado em aumento de capital subsequente ao investimento realizado pelo **FUNDO**, no qual terceiros tenham adquirido participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital da Empresa Investida; **(b)** pelo preço fixado em negociação de participação que represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital da Empresa Investida e na qual, pelo menos, 5% (cinco por cento) tenham sido adquiridos por terceiros; **(c)** pela dedução dos dividendos eventualmente recebidos, desde que o último evento utilizado para a formação do preço seja nos termos aqui estabelecidos; **(d)** pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada, nos termos da Instrução n.º 340, de 29 de junho de 2000, da CVM;
- II. as ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo preço de fechamento do mercado no último dia de negociação do semestre civil.
- III. as debêntures conversíveis serão avaliadas pelo valor do principal acrescido da remuneração incorrida, calculada *pro rata temporis*, nas condições constantes da respectiva escritura de emissão.
- IV. os títulos de renda fixa serão avaliados pelo preço unitário dos títulos que compuserem a carteira do **FUNDO**.
- V. as cotas dos Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes serão avaliadas pelo seu valor patrimonial.

15.2.1 - Observado o que dispõe este Regulamento, a carteira do **FUNDO** observará os demais requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor.

15.3 - Caso a **ADMINISTRADORA** identifique a possibilidade de perda nos investimentos integrantes da carteira do **FUNDO**, esta deverá efetuar o provisionamento de tais perdas, de acordo com as normas contábeis vigentes.

15.3.1 - As perdas previstas com ativos integrantes da carteira do **FUNDO** devem ser estimadas na data do balanço com base nas informações objetivas então disponíveis e



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

provisionadas. Como exemplo de perda com ativos provisionados inclui a perda de natureza permanente nas participações societárias de natureza permanente.

15.3.2 - Somente serão baixados os investimentos integrantes da carteira do **FUNDO** cuja perda seja considerada definitiva.

Capítulo XVI – Das Vedações

16.1 É vedado à **ADMINISTRADORA**, direta ou indiretamente, em nome do **FUNDO**:

- I – receber depósito em conta corrente;
- II – contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas modalidades estabelecidas pela CVM;
- III – prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV – negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- V – prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- VI – aplicar recursos:
 - a) no exterior;
 - b) na aquisição de bens imóveis; e
 - c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

5a. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROF. SRA. no. 01285447
SAO PAULO, 11/11/2009

16.2 - Salvo aprovação da maioria dos cotistas reunidos em assembléia geral, é vedada a aplicação de recursos do fundo em títulos e valores mobiliários de companhias nas quais participem:

I – a **ADMINISTRADORA**, o gestor, os membros de comitês ou conselhos criados pelo **FUNDO** e cotistas titulares de cotas representativas de 5% (cinco por cento) do patrimônio do **FUNDO**, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

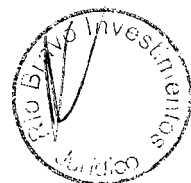
II – quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:

- a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo **FUNDO**, antes do primeiro investimento por parte do **FUNDO**.

16.2.1 Salvo aprovação da maioria dos cotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo **FUNDO**, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso I do item 16.2 acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pela administradora ou pela gestora, quando houver. Os cotistas expressamente autorizam o Comitê de Investimentos a deliberar sobre a realização de quaisquer investimentos e desinvestimentos do Fundo, incluindo a hipótese de conflito de interesses, nos termos dos itens 4.4.3 e 4.4.3.1, acima.

Capítulo XVII - Das Disposições Finais

17.1 – O presente Regulamento está baseado na Instrução CVM nº 391/03 e demais normativos que dispõem sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimentos em Participações, que passam a fazer parte do presente Regulamento.



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

17.1.1 - As matérias não abrangidas expressamente por este Regulamento, serão reguladas pela Instrução CVM nº 391, de 16.07.03, e demais regulamentações aplicáveis ou que venham a substituí-las ou alterá-las.

17.2 – As divergências e/ou eventuais conflitos decorrentes deste Regulamento serão dirimidas pelas regras da Arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, a qual será regida pelo regulamento do Câmara de Arbitragem Brasil – Canadá, conforme abaixo descrito.

17.2.1 – A arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"), em conformidade com as normas da CCBC em vigor à época da arbitragem (as "Regras CCBC"), levando em consideração quaisquer alterações nessas normas que venham a ser efetuadas consensualmente pelas partes, se for o caso.

17.2.2 – A arbitragem será conduzida por um árbitro, a ser designado pela CCBC, dentre a lista de árbitros da CCBC, conforme seja a especialidade exigida pela matéria em disputa, assistindo, porém, a cada uma para partes, o direito de vetar o nome de um dos árbitros designados pela CCBC, o(s) qual(is) será(ão) substituídos pela CCBC.

17.2.3 – As partes reconhecem que qualquer uma delas poderá requerer medidas cautelares ou liminares em juízo, antes ou depois do início do processo de arbitragem, em conformidade com as Regras CCBC, não sendo tal iniciativa considerada incompatível ou como uma renúncia a quaisquer das disposições contidas neste Instrumento. Para esse fim, as partes elegem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2.4 – Os honorários dos árbitros serão rateados em igual proporção entre as partes, independentemente da decisão final da arbitragem, arcando cada uma das partes com os honorários de seus respectivos assistentes técnicos e custos das provas que desejarem produzir.

17.2.5 - O laudo arbitral revestirá a forma escrita, devendo declinar os fundamentos da decisão e será irrecorrível, vinculante e exequível com relação às partes, nos limites da decisão. As partes concordam que o laudo será considerado como sendo a resolução do conflito entre elas, devendo as partes aceitá-lo como fiel expressão de sua própria vontade em relação ao conflito. As partes declaram-se cientes de que a decisão arbitral será conclusiva e surtirá os efeitos de direito, entre elas e seus sucessores, constituindo-se em título executivo, no caso de ser condenatória, nos termos do Artigo 31 da Lei nº 9.307/96.

17.3 – As partes elegem o Foro da Comarca da Capital deste Estado, como único competente para dirimir quaisquer pleitos para eventual execução da sentença arbitral, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a sê-lo, observando-se, entretanto, as disposições pertinentes à arbitragem, ora avençadas.

Diretor Responsável, credenciado pela CVM para Administração de Carteiras: Paulo André Porto Bilyk.

So. OFFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROFICHE. no. 01285447
SÃO PAULO, 11/11/2009



RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF 08.254.073/0001-11

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do Regulamento do "RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES"

TERMO DE ADESÃO AO

RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Fundo")

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor **XXX** [QUALIFICAÇÃO], adquire XXX (xxx) cotas do Fundo, no valor de R\$ (XXX) cada, totalizando R\$ XXX (XXX), mediante [FORMA DE PAGAMENTO] aderindo, expressamente, aos termos do regulamento ("Regulamento") do "**RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**", cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

O investidor também declara:

- i) que tomou ciência:
 - a) da política de investimentos do Fundo;
 - b) dos riscos decorrentes do investimento no **FUNDO**, tal como disposto no item 4.5 do Capítulo IV do Regulamento;
 - c) da possibilidade de ocorrência de patrimônio negativo e de sua responsabilidade por aportes adicionais de recursos;
 - d) de que será cobrada Taxa de Administração pela **ADMINISTRADORA** do **FUNDO**, nos termos do item 7.1 do Regulamento; e
 - e) da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, independentemente da realização de assembléia geral, nos termos do artigo 15, §1º, da Instrução nº 391/03, da CVM.
- ii) ter recebido, neste ato, 1 (um) exemplar do Regulamento e Prospecto, com informações sobre o **FUNDO**;
- iii) ser investidor qualificado, nos termos da Instrução nº 409/04, da CVM e alterações posteriores.

So. OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
NICHE SOB. no. 01285447
SÃO PAULO, 11/11/2009

[LOCAL E DATA]

Nome do Investidor:
CNPJ/CPF:



ANEXO II

DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400



R I O B R A V O

DECLARAÇÃO

RIO BRAVO INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 72.600.026/0001-81, neste ato representada pelos seus diretores, Srs. Paulo André Porto Bilyk e Luiz Eugenio Junqueira Figueiredo, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") e responsável pela distribuição pública de até 14.382 (quatorze mil, trezentas e oitenta e duas) cotas de classe A ("Cotas de Classe A"), nominativas e escriturais, da terceira emissão do **RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado, para investidores qualificados assim definidos na Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que sejam profissionais do grupo Rio Bravo, vem declarar, no âmbito da Oferta, exclusivamente para fins do registro da Oferta na CVM, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Cotas de Classe A no âmbito da Oferta; e (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas de Classe A e do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo, bem como quaisquer outras informações relevantes do Fundo, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 24 de novembro de 2009

**RIO BRAVO INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.**

Nome: Paulo André Porto Bilyk
Cargo: Diretor

Nome: Luiz Eugenio Junqueira Figueiredo
Cargo: Diretor

ANEXO III

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.

RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Bela Cintra, 952 - 3º andar
São Paulo - SP - Brasil
01415-000

Tel.: +55 (11) 3138-5000
Fax.: +55 (11) 3138-5227
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Rio Bravo Investimentos S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Bravo Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. A Companhia recebeu, ao longo do exercício de 2008, lucros advindos de resultados das investidas Rio Bravo Venture Partners Ltda. e Fundamental Investimentos Ltda., pagos de forma desproporcional à participação do capital de seus sócios, como facultado em seus contratos sociais.
5. Como mencionado na nota explicativa nº 9, a Companhia contratou, durante o exercício de 2008, empresa especializada com o objetivo de efetuar inventário de seu ativo permanente. O referido trabalho está em fase de finalização, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2009. Segundo a Administração da Companhia, não se preveem ajustes significativos nos saldos do imobilizado ou nas depreciações acumuladas, fruto desse trabalho. Todavia, o valor desses ajustes não pôde ser adequadamente mensurado até essa data.



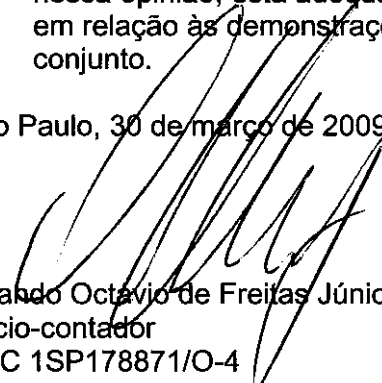
BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

6. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício e das mutações do patrimônio líquido, sobre as quais emitimos parecer datado de 28 de março de 2008, sem ressalvas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008 por meio da Lei nº 11.638/07. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
7. A demonstração do fluxo de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 9, tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2009



Orlando Octavio de Freitas Júnior
Sócio-contador
CRC 1SP178871/O-4
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

QUADRO 1**RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos		37	Contas a pagar (nota 10)	513	689
Aplicações financeiras (nota 4)	289	513	Obrigações fiscais e sociais (nota 12)	218	123
Contas a receber (nota 5)	-	743			
Impostos a recuperar (nota 6)	1.814	62			
	5			731	812
	<u>2.108</u>	<u>1.355</u>			
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 13)		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Capital social	1.072	1.529
Títulos a receber (nota 7)		1.004	Reservas de capital	-	6.968
	230		Reservas de lucros		
			Reserva especial de lucro	983	-
			Reserva legal	52	-
			Resultados acumulados	-	(6.657)
				<u>2.107</u>	<u>1.840</u>
PERMANENTE					
Investimentos (nota 8)	67	131			
Imobilizado (nota 9)	433	162			
	<u>500</u>	<u>293</u>			
TOTAL DO ATIVO	<u>2.838</u>	<u>2.652</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>2.838</u>	<u>2.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Serviços prestados	3.729	2.198
Impostos e devoluções	(472)	(307)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.257	1.891
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas (nota 14)	(2.161)	(1.369)
Resultado financeiro líquido (nota 15)	170	298
Ágio ou deságio na aquisição de investimentos (nota 16)	(694)	-
Equivalência patrimonial (nota 8)	745	-
	(1.940)	(1.071)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.317	820
Imposto de Renda e Contribuição Social	(282)	(149)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.035	671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas	Resultados acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	12.500	(704)	6.968	(17.970)	794
Aumento de capital	375	-	-	-	375
Redução de capital	(11.346)	704	-	10.642	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	671	671
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	1.529	-	6.968	(6.657)	1.840
Ações em tesouraria	(98)	-	-	-	(98)
Redução de capital	(359)	-	(6.968)	6.657	(670)
Reserva legal	-	-	52	(52)	-
Lucros retidos	-	-	983	(983)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.035	1.035
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	1.072	-	1.035	-	2.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Lucro (prejuízo) do exercício	1.035	671
Ajustes dos itens que não afetam o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação	67	18
Resultado de equivalência patrimonial	(745)	-
(Aumento) redução no ativo circulante		
Aplicações financeiras	513	(513)
Contas a receber	(571)	(321)
Impostos a recuperar	57	101
Partes relacionadas	(500)	-
Aumento (redução) no passivo circulante		
Contas a pagar	(176)	160
Obrigações fiscais e sociais	95	64
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(225)	180
ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	808	(131)
Aquisição de ativo imobilizado	(337)	(175)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	471	(306)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
(Aumento) redução no ativo realizável a longo prazo		
Títulos a receber	774	(243)
Aumento (redução) de capital	(670)	375
Ações em tesouraria	(98)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	6	132
	252	6
Representado por:		
Disponibilidades no início do exercício	37	31
Disponibilidades no fim do exercício	289	37
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	252	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E OBJETIVOS

A Rio Bravo Investimentos S.A. é uma sociedade anônima com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispositivos legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores.

A Companhia tem por objeto social:

- a. A prestação de serviços de assessoria e consultoria de qualquer natureza.
- b. A participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades civis ou comerciais, bem como em empreendimentos comerciais.
- c. A administração de ativos e de valores mobiliários próprios e/ou de terceiros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pronunciamentos do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes com relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

a. Ativos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

b. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas conforme o período de competência.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2007 referia-se à aplicação no fundo RB Fundamental FIA e foi resgatado durante 2008.

5. CONTAS A RECEBER

	2008	2007
Contas a receber (a)	987	305
Adiantamentos a fornecedores (b)	33	2
RB Project Finance S/A (c)	16	-
Adiantamentos diversos (d)	34	100
Mútuo com Heliserviços Adm. Aeronáutica (e)	32	133
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	703	203
Outras contas a receber	9	-
	<u>1.814</u>	<u>743</u>

(a) Refere-se a notas fiscais de serviços prestados de administração de fundos R\$248 (R\$325 em 2007) e de consultoria R\$739 (R\$113 em 2007) e foram liquidadas no mês subsequente.

(b) Refere-se a adiantamentos à Center Trip de R\$19, à Global Ensino R\$6 e R\$8 a outros.

(c) Refere-se ao repasse de despesas de infraestrutura e administrativas.

(d) Refere-se a adiantamentos para cobrir despesas de viagens e outras despesas de administração.

(e) Contrato de mútuo com a Heliserviços ajustado mensalmente a uma taxa de 112% do CDI.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2008	2007
IRRF a compensar	-	38
IRPJ a compensar	-	8
CSLL a compensar	-	14
Impostos federais a compensar	5	-
COFINS a compensar	-	2
	<u>5</u>	<u>62</u>

7. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2008	2007
Embrion S.A. (a)	-	34
Embrion S.A. - permuta (b)	-	765
RB Cinema - Funcine (c)	230	205
	<u>230</u>	<u>1.004</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2007 referia-se a saldo remanescente do "Instrumento Particular de Cessão de Créditos, Compensação e Outras Avenças", firmado em 22 de junho de 2004, onde era atualizado pelo IGP-M mais juros de 12% a.a., cuja liquidação ocorreu em 2008.
- (b) Em 31 de dezembro de 2007 referia-se ao saldo do "Instrumento Particular de Permuta de Ativos", celebrado em 28 de dezembro de 2006, cuja liquidação ocorreu em 2008.
- (c) Refere-se a 20,28 quotas (16,81 quotas em 2007) do RB Cinema I - Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - Funcine, contabilizadas pelo custo histórico. Em 2008 houve aquisição de novas quotas no valor de R\$25. Esse fundo não oferece possibilidade de resgate de quotas a não ser pelo término do prazo de sua duração ou liquidação. Ressalta-se que o prazo de duração desse fundo é de 6 anos, contados a partir da data de autorização para o funcionamento pela CVM, ou seja, a partir de 24 de junho de 2004, podendo este prazo ser prorrogado, caso as condições de mercado, ao seu final, não favoreçam a liquidação dos ativos por até mais 4 anos, mediante aprovação da maioria absoluta das cotas subscritas do fundo, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

8. INVESTIMENTOS E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Investidas				Investidora		2008			
	PL antes do resultado	Resultado do exercício	Lucros distribuídos	PL após distribuição	% participação	Saldo inicial	Aquisição e baixa	Equivalência patrimonial	Lucros distribuídos	Saldo final
Rio Bravo Venture Partners Ltda.										
Capital Social	39			39						
Lucros Acumulados	91	4.566	(4.657)	-						
Total PL	130	4.566	(4.657)	39	99,92%	130	-	(91)	-	39
Fundamental Investimentos Ltda.										
Capital Social	100			100						
Lucros Acumulados	-	13.957	(13.957)	-						
Total PL	100	13.957	(13.957)	100	28,07%	-	28	836	(836)	28
	<u>230</u>	<u>18.523</u>	<u>(18.614)</u>	<u>139</u>		<u>130</u>	<u>28</u>	<u>745</u>	<u>(836)</u>	<u>67</u>

Os saldos de investimentos em 2008 estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e representados por 262.782 quotas (262.797 quotas em 2007) de emissão da Rio Bravo Venture Partners Ltda. e 28.072 quotas de emissão de Fundamental Investimentos Ltda., das quais foram 24.986 quotas subscritas em 28 de novembro de 2006 e integralizadas em 2008 e 3.086 quotas adquiridas em 1º de dezembro de 2008 com ágio (nota explicativa nº 16).

Observado o estabelecido nos contratos sociais das investidas, os sócios-quotistas poderão fazer a distribuição desproporcional dos lucros auferidos no exercício.

9. IMOBILIZADO

Bens destinados à manutenção das atividades da Companhia ou com essa finalidade.

	Taxas anuais de depreciação	2008		2007
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios e equip.	10	83	(10)	73
Instalações	10	32	(5)	27
Aparelhos de telecomunicações	10	21	(1)	20
Equipamentos de informática	20	320	(59)	261
Software	20	57	(9)	48
Outros	-	4	-	4
		<u>517</u>	<u>(84)</u>	<u>433</u>
				<u>162</u>

A Companhia contratou empresa especializada para fazer o levantamento do ativo imobilizado com data-base em 30 de novembro de 2007, finalizado durante o ano de 2008, e implementado em 2009, quando então a Companhia terá o controle individualizado dos bens.

10. CONTAS A PAGAR

	2008	2007
Partes relacionadas (nota 11)	240	-
Contas a pagar	273	255
Mútuo	-	434
	<u>513</u>	<u>689</u>

O contas a pagar está relacionado principalmente a despesas administrativas assim distribuídas:

Exercício de 2008: R\$73 - Partage Empreendimentos, R\$38 - Atrium, R\$19 - Felsberg Advogados, R\$21 - Souza & Pugliese Advogados, R\$6 - Tip Way , R\$6 - Empresarial Atlântico, R\$8 - Sony e R\$60 - outros.

Exercício de 2007: R\$66 - Partage Empreendimentos, R\$21 - BDO Trevisan, R\$8 - Condomínio Millenium, R\$6 - Da Fonte Advogados, R\$5 - Empresarial Atlântico, R\$3 - Banco Amex, R\$3 - Tech Data, R\$81 - Rio Bravo Investimentos DTVM e R\$62 - outros.

Em 2007, o mútuo referia-se à tomada de recurso por meio de contrato celebrado com acionistas e vinha sendo corrigido pelo IGP-M.

11. PARTES RELACIONADAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
a) Ativo Circulante		
Fundamental Investimentos Ltda.	609	-
Rio Bravo Venture Partners Ltda.	-	137
Outras	94	66
	<u>703</u>	<u>203</u>
b) Passivo Circulante		
Rio Bravo Venture Partners	240	-
	<u>240</u>	<u>-</u>
Saldo com partes relacionadas	<u>463</u>	<u>203</u>

O saldo de partes relacionadas no ativo está representado por R\$609 referentes a lucros a distribuir pela Fundamental Investimentos Ltda. e R\$94 (R\$66 em 2007) refere-se a valores de despesas rateadas entre as empresas do grupo. O valor de R\$137 da Rio Bravo Venture Partners em 2007 refere-se ao adiantamento por conta de faturamento liquidado em 2008.

O saldo de partes relacionadas passiva está representado por R\$240 referentes contrato de mútuo com a Rio Bravo Venture Partners, com vencimento em 30 de abril de 2009, a uma taxa de 97% CDI.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
IRPJ e CSLL	82	76
PIS e COFINS sobre faturamento	84	22
ISS a recolher	49	18
Outros	3	7
	<u>218</u>	<u>123</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social de R\$1.172 está composto por 6.551.657 ações, divididas em 3.477.085 ações ordinárias nominativas e 3.074.572 ações preferenciais, totalmente integralizado.

A Companhia mantém em tesouraria 29.986 ações no valor de R\$98.155,20 adquiridas conforme contrato de compra e venda firmado em 26 de dezembro de 2008.

Reserva de capital

Parte da reserva de capital de 2007 foi utilizada em 2008 para aumento de capital no valor de R\$311 e o saldo restante de R\$6.657 foi utilizado para absorver o prejuízo acumulado de 2007, conforme assembleias gerais extraordinárias de 1º de janeiro de 2008 e 18 de novembro de 2008, observados os critérios do artigo 200 da Lei nº 6.404/76.

Lucros e destinação

O lucro líquido do exercício de 2008 foi de R\$1.035, sendo que deste valor foi destinado 5% para Reserva Legal e o saldo de R\$983 foi mantido em conta de Reserva Especial de Lucros.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Despesas com ocupação	495	309
Despesas com informática e telecomunicação	172	111
Serviços de terceiros (advogados, contabilidade, auditoria e consultoria)	630	367
Despesas com viagem	636	283
Despesas tributárias	27	53
Depreciação	67	17
Outras despesas administrativas	134	229
	<u>2.161</u>	<u>1.369</u>

15. RESULTADOS FINANCEIROS

	2008	2007
Rendimentos de aplicações financeiras	116	25
Juros ativos	110	143
Dividendos (a)	-	174
Despesas financeiras	(56)	(44)
Variação monetária	-	-
	<u>170</u>	<u>298</u>

16. ÁGIO OU DESÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Em 3 de abril de 2008 foram adquiridas 3.086 quotas não integralizadas da Fundamental Investimentos Ltda. ao preço de R\$694 pelo fundamento de expectativa futura de lucro, as quais geraram o ágio de mesmo valor registrado no resultado.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia não operou, durante o exercício de 2007 e 2008, com instrumentos financeiros derivativos.

18. MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL DEVIDO À ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera da Lei nº 6.404/76, visando principalmente à harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com os padrões internacionais de contabilidade emanados pelo IASB - *International Accounting Standard Board*. A Administração da Companhia vem adotando tempestivamente os comunicados emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e demais regulamentações, com vistas a atender a referida Lei. Dentre essas adoções, destacam-se:

a. Avaliação de ativos e passivos a valor presente - AVP

Não foram identificados saldos ativos ou passivos cujos valores presentes diferissem significativamente dos montantes registrados em 31 de dezembro de 2008.

b. Demonstração de fluxo de caixa

Como determina a legislação atual, a Companhia elaborou o fluxo de caixa pelo método indireto em substituição à demonstração de origens e aplicação dos recursos. Essa adoção também foi aplicada ao exercício de 2007.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na data de 8 de janeiro de 2009 houve a venda de 2.084 quotas da Fundamental Investimentos Ltda. ao preço de R\$331 e custo de R\$2, conforme contrato de compra e venda firmado em 6 de janeiro de 2009.

* * *

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO RIO BRAVO INVESTIMENTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO

**RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO
EM PARTICIPAÇÕES
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ltda.)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Demonstração da composição e diversificação das aplicações

Quadro 2 - Demonstração da evolução do patrimônio líquido

Notas explicativas às demonstrações contábeis



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Bela Cintra, 952 - 3º andar
São Paulo - SP - Brasil
01415-000

Tel.: +55 (11) 3138-5000
Fax.: +55 (11) 3138-5227
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Condôminos do
Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo - SP

1. Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), em 31 de dezembro de 2008, bem como as demonstrações da evolução do patrimônio líquido correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto quanto ao mencionado nos parágrafos de 3 a 7, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam:
a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. O Fundo mantém investimento no Rio Bravo Investech II – Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes (administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A.), cujas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 não foram objetos de auditoria até esta data. Dessa forma, ficamos impossibilitados de concluir sobre tal investimento no montante de R\$799 mil em 2008.
4. As demonstrações contábeis da companhia controlada RB Financial S.A. (antiga Rio Bravo Crédito e Participações S.A.) em 31 de dezembro de 2008 foram por nós auditadas e sobre elas emitimos parecer em 27 de maio de 2009 com as seguintes ressalvas referentes a:



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Condôminos do
Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo - SP

- a. Contabilização de ágio na aquisição da investida RB Capital Securitizadora S.A. (antigamente denominada Rio Bravo Crédito Companhia de Securitização) em 2007, no montante de R\$11.250 mil totalmente baixado no exercício de 2008. O ágio foi registrado com a expectativa de ser amortizado tendo por base sua rentabilidade futura, sendo que a fundamentação econômico-financeira para seu registro não nos foi disponibilizada. Por esse motivo e por não ser possível efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria para obtermos segurança razoável sobre a expectativa de realização do ágio, ficamos impossibilitados de expressar opinião sobre seus efeitos contábeis;
- b. Contabilização de ágio na aquisição da investida Rio Bravo Project Finance Ltda. em 2007 no montante de R\$1.646 mil, sendo parcialmente baixado o valor de R\$678 mil durante o exercício de 2008. O ágio foi registrado com a expectativa de ser amortizado, tendo por base sua rentabilidade futura, sendo que a fundamentação econômico-financeira para seu registro e para a manutenção do saldo em 31 de dezembro de 2008 no valor de R\$968 mil, não nos foi disponibilizada. Por esse motivo e por não ser possível efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria para obtermos segurança razoável sobre a expectativa de realização do ágio remanescente e de sua baixa, ficamos impossibilitados de expressar opinião sobre esses valores;
- c. Contabilização de ágio na aquisição da investida Unik S.A. em 2007, no montante de R\$7.577 mil totalmente baixado no exercício de 2008. O ágio foi registrado com a expectativa de ser amortizado tendo por base sua rentabilidade futura, sendo que a fundamentação econômico-financeira para seu registro não nos foi disponibilizada. Por esse motivo, e por não ser possível efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria para obtermos segurança razoável sobre a expectativa de realização do ágio, ficamos impossibilitados de expressar opinião sobre seus efeitos contábeis;



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Condôminos do
Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo - SP

- d. Efeitos contábeis produzidos pelo Instrumento Particular de Constituição de Usufruto sobre Ações, de usufruto de todos os direitos de recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio dos sócios da então investida RB Capital Securitizadora S.A. (antigamente denominada Rio Bravo Crédito Companhia de Securitização), proporcional a suas ações. Os valores recebidos em debêntures advindos desse usufruto durante o exercício de 2008 no montante de R\$10.395 mil foram registrados em contrapartida do permanente pela redução de R\$3.571 mil do ágio e pela redução de R\$6.371 mil do investimento na empresa. A documentação suporte apresentada não nos permitiu concluir quanto à adequação desses lançamentos contábeis;
 - e. Investimentos permanentes no montante de R\$4.331 mil e investimentos em quotas de fundos de investimento em participações no valor de R\$24.109 mil, uma vez que as demonstrações contábeis desses investimentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 não foram objeto de auditoria até a data-base deste parecer. Dessa forma, ficamos impossibilitados de concluir sobre os efeitos contábeis desses investimentos.
5. As demonstrações contábeis da companhia controlada Rio Bravo Investimentos S.A., em 31 de dezembro de 2008, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos parecer em 30 de março de 2009 com as seguintes ênfases:
- a. A Companhia recebeu, ao longo do exercício de 2008, lucros advindos de resultados das investidas Rio Bravo Venture Partners Ltda. e Fundamental Investimentos Ltda., pagos de forma desproporcional à participação do capital de seus sócios, como facultado em seus contratos sociais;



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Condôminos do
Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimentos em Participações
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo - SP

- b. A Companhia contratou, durante o exercício de 2008, empresa especializada com o objetivo de efetuar inventário de seu ativo permanente. O referido trabalho está em fase de finalização, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2009. Segundo a Administração da Companhia, não se preveem ajustes significativos nos saldos do imobilizado ou nas depreciações acumuladas, fruto desse trabalho. Todavia, o valor desses ajustes não pôde ser adequadamente mensurado até a data de emissão do parecer.
- 6. O Fundo mantém investimento no Rio Bravo Investech I - Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes (administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A.), cujas demonstrações contábeis referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2008 foram por nós auditadas e sobre elas emitimos parecer em 30 de abril de 2009 com as seguintes qualificações:
 - a. Ressalva sobre as demonstrações contábeis da investida Embrion S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que foram por nós examinadas e sobre as quais emitimos parecer em 24 de abril de 2009 contendo ressalva quanto à impossibilidade de formar opinião sobre a adequação dos valores representativos dos investimentos da sua investida Eventor S.A., registrados contabilmente pelo montante de R\$1 mil em 31 de dezembro de 2008, em razão daquelas demonstrações contábeis não terem sido examinadas por nós ou por outros auditores independentes;
 - b. O nosso parecer de auditoria, emitido em 24 de abril de 2009, da investida Embrion S.A. continha parágrafo de ênfase relativo ao investimento na empresa Customer First S.A., representado pelo montante de R\$5.767 mil, por apresentar prejuízos acumulados e passivo a descoberto;
 - c. Ênfase sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 auditadas por outros auditores independentes e sobre as quais foi emitido parecer em 31 de março de 2008 com abstenção de opinião.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Condôminos do
Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo - SP

7. O Fundo mantém investimento no Rio Bravo Nordeste I – Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes (administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A.), cujas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram por nós auditadas e sobre as quais emitimos parecer em 16 de abril de 2009 com as seguintes qualificações:
 - a. Ressalva sobre o fato de o Fundo adquirir, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2006, ações do capital social de empresas não negociadas em bolsa de valores. Essas aquisições foram efetuadas substancialmente com base em avaliação econômica e financeira, bem como estudos conduzidos pelo próprio administrador do Fundo, não havendo, portanto, laudos elaborados por empresa independente. Esse procedimento está de acordo com o Regulamento do Fundo. Nessas circunstâncias, não nos foi possível concluir sobre a eventual necessidade de constituição de provisão para o valor desses investimentos na data-base de 31 de dezembro de 2008 e 2007;
 - b. Ressalva sobre o fato de o Fundo possuir investimentos na Pitang Consultoria e Sistemas S.A. que registrou o montante de R\$200 mil (R\$286 mil em 2007) como receitas operacionais em contrapartida ao Contas a Receber, correspondentes às parcelas de projetos de prestação de serviços. Devido à extensão e natureza desses projetos, bem como a forma de controle adotada pela Companhia, não nos foi possível, nas circunstâncias, mensurar os possíveis ajustes decorrentes do adequado registro das receitas e despesas incorridas até 31 de dezembro de 2008 em suas demonstrações contábeis;
 - c. Ressalva sobre o fato de as práticas contábeis adotadas no Brasil determinarem que os lucros acumulados sejam destinados à constituição das reservas de lucros. Os lucros não destinados nos termos dos artigos 193 a 197 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações deverão ser distribuídos aos acionistas como dividendos. A investida Ecoinvest S.A. apresenta saldo de lucros acumulados para os quais tais normativos não foram observados. Consequentemente, estamos impossibilitados de mensurar os possíveis impactos nas demonstrações contábeis pela adoção ao disposto na referida Lei;



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Condôminos do
Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo - SP

- d. Ênfase sobre o fato de o Fundo possuir ações da Agira Participações S.A., investidora de 99,96% do capital da Agira Indústria e Comércio Ltda., a qual possui ativo imobilizado no valor líquido de R\$1.837 mil sem seguro para cobertura de eventuais riscos;
 - e. Ênfase sobre o fato de o Fundo possuir investimentos na Agira Participações S.A. cujas demonstrações contábeis em 2008 e 2007 foram preparadas com base nos pressupostos da continuidade normal dos seus negócios, porém, a Companhia tem sofrido prejuízos operacionais e apresenta deficiência de capital de giro e situação de passivo a descoberto oriundo principalmente das despesas financeiras de debêntures e do resultado de equivalência patrimonial da investida Agira Indústria e Comércio Ltda.;
 - f. Ênfase sobre o fato de o Fundo possuir investimentos na Pitang Consultoria e Sistemas S.A. que apresentou, em 31 de dezembro de 2008, na rubrica de impostos a recuperar o montante de R\$600 mil (R\$485 mil em 2007) referente à retenção de impostos sobre serviços prestados. A realização desses valores dependerá da geração de lucros tributáveis futuros;
 - g. Ênfase sobre o fato de o Fundo possuir investimentos na Pitang Consultoria e Sistemas S.A. cujas demonstrações contábeis de 2008 e 2007 foram preparadas com base nos pressupostos da continuidade normal de seus negócios, porém, a Companhia apresenta situação de passivo a descoberto, fatores esses que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação e liquidar suas obrigações.
8. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos de 3 a 7, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da composição e diversificação de suas aplicações em 31 de dezembro de 2008 e a evolução do patrimônio líquido do Fundo, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



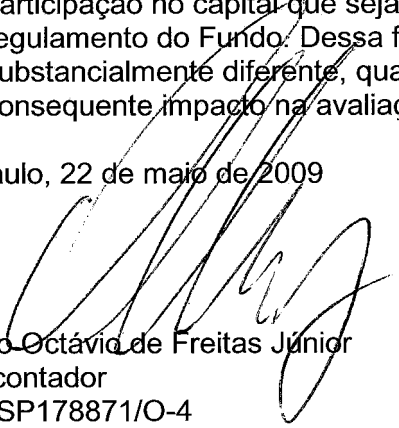
BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Condôminos do
Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo - SP

9. O Fundo detém participação nas companhias RB Financial S.A. (antigamente denominada Rio Bravo Crédito e Participações S.A.) e na Rio Bravo Investimentos S.A., cujas ações não possuem cotação em bolsa de valores nem liquidez. Em 31 de dezembro de 2008, esses investimentos estavam registrados pelo valor da última negociação da participação no capital que seja superior a 5% do total de ações, conforme definido no regulamento do Fundo. Dessa forma, o valor da avaliação desse investimento poderá ser substancialmente diferente, quando da realização ou alienação destes, com o consequente impacto na avaliação das quotas do Fundo.

São Paulo, 22 de maio de 2009



Orlando Octávio de Freitas Júnior
Sócio-contador
CRC 1SP178871/O-4
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

QUADRO 1**RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES****(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)****DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS
APLICAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008****(Valores expressos em milhares de reais)**

Aplicações	Quantidade	Valor total	% sobre o P.L.
Disponibilidades			
Bancos Conta Movimento		3	0,00
Aplicações de liquidez imediata			
RB Fundamental FIA		13.081	13
RB Macro 60 FIM		12.673	13
RB Liquidez DI FI Referenciado		14	1
		25.768	27
Cotas de Fundos de Renda Variável			
Rio Bravo Investech I FMIEE	240	3.859	4
Rio Bravo Investech II FMIEE	44	799	1
Rio Bravo Nordeste I FMIEE	5	120	1
Rio Bravo Cinema I	22	312	0
Rio Bravo Nordeste II FMIEE	2	134	0
	313	5.224	6
Ações de Companhias Investidas			
Rio Bravo Crédito e Participações S.A.	71.113.370	59.038	60
Rio Bravo Investimentos S.A.	6.312.637	8.608	8
	77.426.007	67.646	68
TOTAL DO ATIVO		98.641	
Outras obrigações		775	
Contas a Pagar		20	
Outras Obrigações		755	
Patrimônio líquido		97.866	100
TOTAL DO PASSIVO		98.641	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE 17 DE ABRIL (DATA DE INÍCIO DAS OPERAÇÕES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor das cotas)

	31-12-2008	31-12-2007
PATRIMÔNIO LÍQUIDO no início do período Representado por 4.807 cotas a R\$ 20.930,58	100.613	46.944
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO DO PERÍODO	100.613	46.944
RECEITAS		
Rendas de aplicações financeiras	12.207	4.091
Rendas de ações de companhias Fechadas	1.305	2.735
Rendas de quotas de fundos de renda variável	1.610	-
	15.122	6.826
CUSTOS		
Custos com ações	-	(6.575)
Despesas de aplicações financeiras	(15.283)	(1.216)
	(15.283)	(7.791)
DESPESAS		
Taxa de administração	(206)	(150)
Despesas administrativas	(122)	(307)
Despesa/Receita Financeira	(104)	-
Perdas no cancelamento de cotas	-	(392)
	(432)	(849)
RESULTADO DO PERÍODO	(593)	(1.814)
Integralização de 2.714 novas cotas	-	55.483
Amortização de cotas	(2.154)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO no final do período Representado por 4.807 cotas a R\$ 20.359,06	97.866	100.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO BRAVO INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”) obteve em 1º de setembro a concessão automática do Registro de Distribuição Primária de Cotas e Funcionamento, conforme Ofício CVM/SER/nº 2075/06 e iniciou suas operações em 25 de setembro de 2006, quando ocorreu a primeira subscrição e integralização de suas cotas.

O Fundo foi constituído sob forma de condomínio fechado com prazo de duração de 30 (trinta) anos, contados a partir da data da primeira subscrição e integralização de cotas, sendo que os 20 (vinte) primeiros anos corresponderão ao período de investimento e os 10 (dez) anos seguintes, ao período de desinvestimento. Tanto o período de investimento como o de desinvestimento poderão ser prorrogados por mais 10 (dez) anos, conforme previsto em regulamento, mediante aprovação de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das cotas emitidas pelo Fundo, em assembleia geral de cotistas, especialmente convocada para este fim.

O objetivo do Fundo é obter rendimentos e ganhos de capital a seus cotistas a longo prazo, através de investimentos em ações, debêntures, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias promissoras, abertas ou fechadas, do mercado brasileiro, inclusive através de cotas de Fundos de Investimentos em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, visando alcançar retornos consistentes e acima do mercado, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

O Fundo poderá ter até 100% (cem por cento) de sua carteira representada por ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários, incluindo cotas dos fundos de investimento em participações, conversíveis ou permutáveis em ações, emitidos por um único ativo-alvo, podendo deter até 100% (cem por cento) do capital dos ativos-alvo.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora ou qualquer instituição pertencente ao mesmo conglomerado da Administradora ou com qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, trata-se de investimento sujeito a riscos, tendo em vista as características dos papéis que o compõem, os quais sujeitam-no às oscilações do mercado e aos riscos de créditos inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) do Banco Central do Brasil e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Quando da elaboração destas demonstrações contábeis, foram utilizadas pelo administrador do Fundo premissas e estimativas de preços para a contabilização dos investimentos integrantes da carteira do Fundo disponíveis na data de sua elaboração. Dessa forma, quando da efetiva realização financeira desses investimentos, os resultados auferidos poderão ser diferentes de tais premissas e estimativas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A avaliação das cotas do Fundo será feita ordinariamente ao fim de cada mês, utilizando-se, na avaliação dos valores mobiliários integrantes da carteira, entre outros, os seguintes critérios e metodologia:

- As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição das respectivas empresas investidas ou conforme o caso: a) pelo preço de emissão adotado em aumento de capital subsequente ao investimento realizado pelo Fundo, no qual terceiros tenham adquirido participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital da empresa investida; b) pelo preço fixado em negociação de participação que represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital da empresa investida e na qual pelo menos 5% (cinco por cento) tenham sido adquiridos por terceiros; c) pela dedução dos dividendos eventualmente recebidos, desde que o último evento utilizado para a formatação do preço seja nos termos aqui estabelecidos; d) pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada, nos termos da Instrução CVM nº 340, de 29 de junho de 2000.
- As ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo preço de fechamento do mercado no último dia de negociação no semestre civil.
- As aplicações financeiras em renda fixa são registradas pelo valor investido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- As aplicações em cotas de fundo de investimento são demonstradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor atualizado da cota do respectivo fundo, determinado pelo seu administrador.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o Fundo não operou com instrumentos financeiros derivativos.

5. EMISSÃO E COLOCAÇÃO DAS COTAS

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais do seu patrimônio, sendo nominativas e escrituradas em nome de seu titular.

A propriedade das cotas nominativas presumir-se-á pela conta de depósito das cotas, aberta em nome do cotista, e o extrato da conta de depósito representará o número inteiro ou fracionário de cotas pertencentes ao cotista.

As cotas do Fundo que tenham sido objeto de distribuição pública, ressalvadas as negociações privadas entre os investidores qualificados, somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das cotas.

O Fundo somente poderá emitir novas cotas por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas e desde que respeitadas as disposições previstas no Regulamento e na legislação aplicável.

O Fundo foi constituído com um patrimônio total de até R\$150.000, representado por 15.000 cotas com valor unitário de R\$10 cada, sendo o valor de aplicação inicial mínimo de R\$100, observando-se que suas atividades foram iniciadas mediante a subscrição pelos quotistas de 2.935 quotas, totalizando um patrimônio inicial de R\$20.930.

6. CUSTÓDIA DE COTAS

Os títulos e valores mobiliários estão custodiados e registrados pelo Banco Bradesco S.A.

7. TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DEBITADOS AO FUNDO

Conforme o regulamento do Fundo, a taxa de administração correspondente a 0,2% a.a. (zero vírgula dois por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do Fundo, a qual é apropriada por dia útil como despesa e paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil, por período vencido.

O Fundo não paga taxa de performance à Administradora.

8. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E IMPOSTO DE RENDA

Em conformidade com o regulamento do Fundo, os resultados apurados são incorporados ao patrimônio sob a forma de valorização das cotas.

De acordo com a Lei nº 11.312 de 27 de Junho de 2006, os rendimentos auferidos pelos cotistas no resgate e amortização de cotas de fundo de investimento em participações, estão sujeitos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 15%, incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou amortização e o custo de aquisição das cotas. Da mesma forma, estão sujeitos à tributação do imposto de renda, utilizando-se a mesma alíquota, os rendimentos auferidos pelos cotistas quando da distribuição de valores pelo Fundo.

9. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2007, a posição do patrimônio líquido das empresas investidas e o saldo dos investimentos estavam assim compostos:

	RB Financial S.A.	Rio Bravo Investimentos S.A.
Capital Social	64.686	1.072
Reserva de capital	-	-
Prejuízos acumulados	(5.414)	-
	59.272	1.072
Quantidade de ações emitidas pelas Companhias:		
Ordinárias Nominativas	60.413.371	3.477.085
Preferenciais Nominativas	20.131.105	3.074.572
Quantidade de ações de posse do Fundo:		
Ordinárias Nominativas	60.413.370	3.477.085
Preferenciais Nominativas	10.700.000	2.835.552
Percentual de participação do Fundo:		
No capital votante	1	1
Sem direito a voto	-	1
Posição dos investimentos:		
Valor do custo de aquisição	57.771	1.114
Baixa por venda de ações	-	-
Atualização do investimento	1.267	9.722
Saldo do investimento do Fundo em 31 de dezembro de 2008	59.038	8.608

10. ENCARGOS DEBITADOS AO FUNDO

	2008	2007
Taxa de administração	206	150
Taxa de fiscalização CVM	28	175
Taxa de custódia	45	-
Despesas administrativas	21	35
Despesas com prestação de serviços	28	30
Total	328	390

11. RENTABILIDADE

O valor nominal da cota e sua rentabilidade mensal são demonstrados a seguir:

Mês	Valor da cota (em R\$)	Variação (%)
25 de setembro de 2006	10.000,00	-
31 de dezembro de 2006	22.429,20	124%
31 de dezembro de 2007	20.930,58	-7%
31 de dezembro de 2008	20.359,06	-3%

A rentabilidade passada não é garantia de resultados futuros.

12. DEMANDAS JUDICIAIS

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a Administração do Fundo.

13. OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Administradora não contratou outros serviços que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis do Fundo, que não seja o de auditoria externa.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 16 de junho de 2008, o Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações realizou Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas que deliberou pela sua cisão, com consequente constituição do RB Crédito FIP Fundo de Investimento em Participações, cujo registro de funcionamento foi aprovado pela CVM em 29 de janeiro de 2009, conforme Ofício CVM/SIN/GIE/Nº 203/2009.

* * *